

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresa controlada***

*INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS em
31 de março de 2020*

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e EMPRESA CONTROLADA**

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 de março de 2020 e 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	1
Informações trimestrais auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Comentário de Desempenho	13
Notas explicativas às informações trimestrais	34
Parecer do Conselho Fiscal	110
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	111
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	112

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de três meses findos em 31 de março de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 07 de maio de 2019, sem modificação.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Ativo		22.737.360	23.133.188	39.499.755	40.348.924
Circulante		108.250	677.929	7.186.880	8.454.129
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.396	762	1.590.927	2.284.810
Títulos e valores mobiliários	5	14.365	12.167	39.279	654.479
Contas a receber de clientes	6	520	1.844	3.123.849	3.184.780
Estoques	7	-	-	268.547	203.278
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		-	597.550	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	419.074	420.284
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	28.474	28.383	1.137.312	1.395.193
Despesas antecipadas	11	2.327	2.729	411.720	175.868
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	49.444	16.602
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	5.379	4.931
Outros valores a compensar	17	-	-	47.293	33.090
Outros ativos		42.168	34.494	94.056	80.814
Não Circulante		22.629.110	22.455.259	32.312.875	31.894.795
Realizável a longo prazo		86.855	88.077	4.899.272	4.614.305
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	3.926	3.849
Contas a receber de clientes	6	-	-	155.841	103.075
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	835.344	823.349
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	2.386.830	2.367.607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	-
Depósitos judiciais	12	85.617	87.049	969.556	1.006.899
Despesas antecipadas	11	1.238	1.028	63.172	69.656
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	272.627	29.909
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	150.135	151.447
Outros ativos		-	-	61.841	58.514
Investimento	13	22.384.699	22.209.626	-	-
Imobilizado	14	-	-	17.874.186	17.612.164
Intangível	15	157.556	157.556	9.539.417	9.668.326

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		22.737.360	23.133.188	39.499.755	40.348.924
Total do Passivo		149.905	701.370	16.912.300	17.917.106
Circulante		71.531	624.194	5.957.115	8.117.479
Fornecedores	18	9.680	6.987	2.634.800	3.923.035
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.149.764	1.384.180
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	885.521	873.068
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	4.146	858
Obrigações trabalhistas		1.146	898	253.513	218.421
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	545	530	585.453	463.606
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	190	25.816	73.864	296.305
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	47.834	577.837	47.834	577.837
Autorizações a pagar	19	-	-	89.285	88.614
Receitas diferidas	23	-	-	219.623	281.930
Outros passivos		12.136	12.126	13.312	9.625
Não Circulante		78.374	77.176	10.955.185	9.799.627
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.311.574	644.908
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	-	3.547
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	7.283.025	6.907.802
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	3.036	2.997
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	212.770	212.310
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			146.441	47.734
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	48.622	47.423	885.663	840.637
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	37	-	-	5.782	5.782
Autorizações a pagar	19	-	-	239.065	237.723
Receitas diferidas	23	-	-	808.276	827.182
Outros passivos		29.752	29.753	59.553	69.005
Patrimônio Líquido	25	22.587.455	22.431.818	22.587.455	22.431.818
Capital social		9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		410.753	410.650	410.753	410.650
Reservas de lucros		12.159.162	12.159.162	12.159.162	12.159.162
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.088)	(1.088)	(1.088)	(1.088)
Ações em tesouraria		(9.511)	(3.204)	(9.511)	(3.204)
Lucro do período		161.841	-	161.841	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora			
		1° Tri/20	03/2020	1° Tri/19	03/2019
Receita líquida	27	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	-	-
Lucro bruto		-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	-	-	-	-
Gerais e administrativas	28	(8.476)	(8.476)	(9.094)	(9.094)
Resultado da equivalência patrimonial	13	172.873	172.873	213.721	213.721
Outras receitas (despesas), líquidas	29	722	722	(45.972)	(45.972)
		165.119	165.119	158.655	158.655
Lucro operacional		165.119	165.119	158.655	158.655
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	2.519	2.519	(640)	(640)
Despesas financeiras	31	(5.797)	(5.797)	(41.227)	(41.227)
		(3.278)	(3.278)	(41.867)	(41.867)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		161.841	161.841	116.788	116.788
Imposto de renda e contribuição social	32	-	-	3.246	3.246
Lucro líquido do período		161.841	161.841	120.034	120.034
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	33	0,07	0,07	0,05	0,05
Lucro diluído por ação	33	0,07	0,07	0,05	0,05

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado			
		1º Tri/20	03/2020	1º Tri/19	03/2019
Receita líquida	27	4.215.308	4.215.308	4.190.826	4.190.826
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(1.961.448)	(1.961.448)	(1.957.381)	(1.957.381)
Lucro bruto		2.253.860	2.253.860	2.233.445	2.233.445
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	(1.209.040)	(1.209.040)	(1.277.046)	(1.277.046)
Gerais e administrativas	28	(438.164)	(438.164)	(405.348)	(405.348)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(91.534)	(91.534)	(102.396)	(102.396)
		(1.738.738)	(1.738.738)	(1.784.790)	(1.784.790)
Lucro operacional		515.122	515.122	448.655	448.655
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	365.217	365.217	62.557	62.557
Despesas financeiras	31	(619.792)	(619.792)	(325.105)	(325.105)
		(254.575)	(254.575)	(262.548)	(262.548)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		260.547	260.547	186.107	186.107
Imposto de renda e contribuição social	32	(98.706)	(98.706)	(66.073)	(66.073)
Lucro líquido do período		161.841	161.841	120.034	120.034
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	33	0,07	0,07	0,05	0,05
Lucro diluído por ação	33	0,07	0,07	0,05	0,05

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	1° Tri/20	03/2020	1° Tri/19	03/2019
Lucro líquido do período	161.841	161.841	120.034	120.034
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>161.841</u>	<u>161.841</u>	<u>120.034</u>	<u>120.034</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.866.298	410.650	1.010.090	9.537.053	1.612.019	(3.204)	(1.088)	-	22.431.818
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								161.841	161.841
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	161.841	161.841
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	103	-	-	-	-	-	-	103
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	(6.307)	-	-	(6.307)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	103	-	-	-	(6.307)	-	-	(6.204)
Saldos em 31 de março de 2020	9.866.298	410.753	1.010.090	9.537.053	1.612.019	(9.511)	(1.088)	161.841	22.587.455

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período								120.034	120.034
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	120.034	120.034
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	2.886	-	-	-	-	-	-	2.886
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	1.357	-	-	1.357
									-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	2.886	-	-	-	1.357	-	-	4.243
Saldos em 31 de março de 2019	9.866.298	414.977	838.692	7.267.574	1.417.858	(7.166)	847	120.034	19.919.114

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		03/2020	03/2019	03/2020	03/2019
Atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		161.841	116.788	260.547	186.107
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	1.408.605	1.334.210
Resultado de equivalência patrimonial	13	(172.873)	(213.721)	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	2.411	4.533
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	13	133
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	8.670	44.119	98.088	95.108
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		2.582	41.516	57.712	42.714
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		1.030	-	68.960	21.141
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	31	-	-	166.413	210.001
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	30	-	-	(4.937)	(6.422)
Perdas por créditos de liquidação esperada	28	-	-	188.588	172.610
Opções de compra de ações	26	(1.324)	553	876	3.198
		(74)	(10.745)	2.247.276	2.063.333
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		1.324	103	(150.774)	(327.822)
Impostos e contribuições a recuperar		(91)	27.891	245.268	96.847
Estoques		-	-	(65.269)	(31.569)
Despesas antecipadas		192	543	(229.369)	(634.559)
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		597.550	362.436	-	-
Depósitos judiciais		3.616	24.962	44.042	44.526
Outros ativos		(7.673)	8.843	(30.311)	(17.125)
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		248	1.562	35.092	33.587
Fornecedores		2.614	(7.878)	(1.302.096)	(540.745)
Impostos, taxas e contribuições		11.534	(16.029)	(38.782)	(112.763)
Autorizações a pagar		-	-	-	7.843
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(12.236)	(42.023)	(117.473)	(157.432)
Receitas diferidas		-	-	(81.213)	(77.118)
Outros passivos		(927)	(20)	(41.470)	(5.733)
Caixa gerado pelas operações		596.077	349.645	514.921	341.270
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(27.308)	(45.462)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		596.077	349.645	487.613	295.808
Atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		(2.198)	(7.820)	615.124	32.004
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(904.351)	(650.092)
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	5.802	5.802
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(2.198)	(7.820)	(283.425)	(612.286)

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Períodos findos em 31 de março de 2020 e
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		03/2020	03/2019	03/2020	03/2019
Atividades de financiamentos					
Novos empréstimos		-	-	800.000	1.000.000
Amortização de empréstimos		-	-	(665.997)	(134.678)
Juros pagos - Empréstimos		-	-	(33.264)	(15.368)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	(213.313)	(151.595)
Juros pagos - Arrendamento mercantil		-	-	(211.252)	(200.448)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(7.080)	1.045	(7.080)	1.045
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		(567.165)	(342.958)	(567.165)	(342.958)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(574.245)	(341.913)	(898.071)	155.998
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		19.634	(88)	(693.883)	(160.480)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		762	167	2.284.810	1.075.530
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		20.396	79	1.590.927	915.050

	Consolidado	
	03/2020	03/2019
<u>Transações que não envolvem caixa</u>		
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(643.466)	(5.054.003)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	643.466	5.054.003

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	03/2019	03/2020	03/2019
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	6.091.893	6.104.071
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(188.588)	(172.610)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(679.874)	(658.608)
	-	-	5.223.431	5.272.853
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(599.276)	(717.716)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.517)	(48.286)	(796.131)	(852.903)
	(2.517)	(48.286)	(1.395.407)	(1.570.619)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(1.408.605)	(1.334.210)
Valor adicionado líquido produzido	(2.517)	(48.286)	2.419.419	2.368.024
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	172.873	213.721	-	-
Receitas financeiras	2.519	(640)	365.217	62.557
	175.392	213.081	365.217	62.557
Valor adicionado total a distribuir	172.875	164.795	2.784.636	2.430.581
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	1.986	4.125	136.108	124.733
Benefícios	216	241	47.894	47.127
F.G.T.S	67	111	14.878	13.749
Outros	1.362	1.426	11.133	16.046
	3.631	5.903	210.013	201.655
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.609	(2.369)	592.043	624.393
Estaduais	-	-	953.761	961.074
Municipais	-	-	33.745	28.690
	1.609	(2.369)	1.579.549	1.614.157
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	5.787	41.224	619.188	324.857
Aluguéis	7	3	214.045	168.188
	5.794	41.227	833.233	493.045
Outros				
Investimento social	-	-	-	1.690
	-	-	-	1.690
Remuneração de Capital Próprio				
Lucros retidos	161.841	120.034	161.841	120.034
	161.841	120.034	161.841	120.034

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

(Com os efeitos da adoção do IFRS 9, 15 e 16)

DESTAQUES

Migrando do Volume para Valor: transformação contínua do perfil da base de clientes

- **A base de clientes de UBL da TIM Live cresceu 20,2% A/A**, totalizando 584 mil conexões;
- **ARPU móvel manteve sólido crescimento de 4,8% A/A**, atingindo R\$ 23,9;
- **ARPU da TIM Live com crescimento robusto de 6,1% A/A**, atingindo R\$ 84,5.
- A oferta **TIM Black Família** atingiu a marca de **~500 mil clientes**, contribuindo de forma positiva para a dinâmica de migrações para **planos de maior valor**.

Desenvolvendo a Infraestrutura para uma Melhor Experiência do Cliente

- **Liderança em cobertura 4G com 3.506 cidades**, utilizando múltiplas frequências (700 MHz, 1,8 GHz, 2,1 GHz e 2,5 GHz) para crescer em capacidade;
- **Cobertura 4G em 100% dos municípios do estado do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo**, que se juntam a São Paulo e Rio de Janeiro cobertos em sua totalidade com a tecnologia;
- **Tecnologia VoLTE disponível em mais de 3.459 cidades**, melhorando a experiência de voz dos usuários;
- **Acelerando a expansão do FTTH com 2,5 milhão de domicílios** cobertos com fibra em 24 cidades em março.

EBITDA Resiliente com forte eficiência em custos compensando ambiente desafiador pós COVID-19

- **Receita de Serviços cresceu 1,7% A/A no 1T20**;
- **Receita Líq. Gerada pelo Cliente (segmento móvel) registrou aumento de 1,3% A/A**;
- **Receita da TIM Live avançou 29,1% A/A**, mantendo o forte ritmo de crescimento;
- **Custos e Despesas Normalizados* caíram 4,9% A/A**, demonstrando uma abordagem eficiente em face aos desafios de curto prazo;
- **EBITDA Normalizado* atingiu R\$ 1,9 bilhão mantendo sólida evolução de 8,0% A/A**;
- **Margem EBITDA Normalizada* atingiu 45,7% no 1T20**, mantendo o bom ritmo de expansão A/A (+3,1 p.p.).

	DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	%T/T
Operacional	Base Móvel de Clientes ('000)	52.826	55.083	-4,1%	54.447	-3,0%
	Pré-pago	31.153	34.507	-9,7%	32.984	-5,5%
	Pós-pago	21.673	20.576	5,3%	21.463	1,0%
	Base de Usuários 4G ('000)	38.620	35.672	8,3%	38.641	-0,1%
	Base de Clientes TIM Live ('000)	584	486	20,2%	566	3,2%
Financeiro (R\$ milhões)	Receita Líquida	4.215	4.191	0,6%	4.587	-8,1%
	Receita de Serviços	4.091	4.024	1,7%	4.357	-6,1%
	Serviço Móvel	3.840	3.795	1,2%	4.101	-6,4%
	Serviço Fixo	251	229	9,4%	256	-2,1%
	Custos Normalizados* da Operação	(2.289)	(2.406)	-4,9%	(2.276)	0,6%
	EBITDA Normalizado*	1.926	1.784	8,0%	2.311	-16,6%
	Margem EBITDA Normalizada*	45,7%	42,6%	3,1p.p.	50,4%	-4,7p.p.
	Lucro Líquido Normalizado*	164	152	8,3%	918	-82,1%
	Capex (Ex-aquisição de licenças)	904	650	39,1%	1.334	-32,2%

*Custos da Operação e EBITDA normalizados conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Lucro Líquido normalizada por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

DESEMPENHO FINANCEIRO (Com os efeitos da adoção do IFRS 9, 15 e 16)

RECEITA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	%T/T
R\$ milhões					
Receita Líquida	4.215	4.191	0,6%	4.587	-8,1%
Receita de Serviços	4.091	4.024	1,7%	4.357	-6,1%
Serviço Móvel	3.840	3.795	1,2%	4.101	-6,4%
Gerada pelo Cliente	3.553	3.506	1,3%	3.786	-6,2%
Interconexão	111	139	-19,7%	111	-0,2%
Outras Receitas	176	151	17,0%	203	-13,3%
Serviço Fixo	251	229	9,4%	256	-2,1%
dos quais TIM Live	144	112	29,1%	137	5,1%
Receita de Produtos	124	166	-25,5%	229	-45,9%

No 1T20, a Receita Líquida foi de R\$ 4.215 milhões, crescimento de 0,6% comparado com o primeiro trimestre de 2019. A Receita Líquida de Serviços cresceu 1,7% A/A no 1T20, reduzindo o seu ritmo de expansão, após três trimestres consecutivos de aceleração do crescimento, impactada principalmente pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19 a partir da segunda quinzena de março. A Receita Líquida de Produtos caiu 25,5% A/A no 1T20, refletindo a forte retração do mercado de aparelhos.

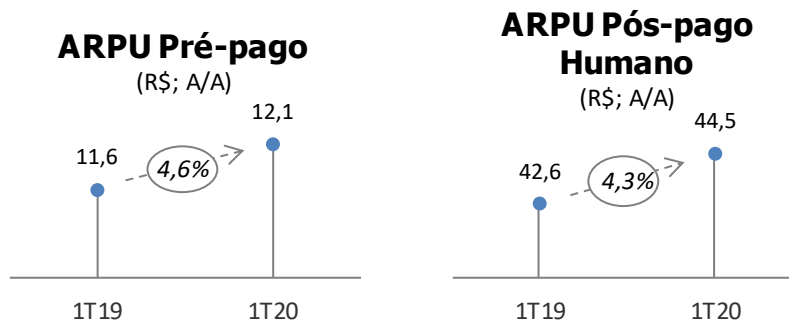
Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) totalizou R\$ 3.840 milhões no 1T20, apresentando um crescimento de 1,2% comparado com o mesmo trimestre do ano passado. A desaceleração na expansão dessa linha, refletiu, principalmente, a queda mais acentuada na receita do segmento pré-pago com a redução no número de clientes recarregadores no segmento.

A dinâmica do **ARPU Móvel (Receita Média Mensal Por Usuário) que** registrou crescimento de 4,8% A/A e atingiu R\$23,9 reflete a continuidade dos esforços exitosos da companhia em monetizar sua base de clientes através das migrações para planos de maior valor.

O ARPU dos segmentos, que exclui outras receitas móveis, apresentou **alta no pré-pago de 4,6% A/A** (R\$ 12,1) e **no pós-pago (ex-M2M) de 4,3% A/A** (R\$ 44,5).

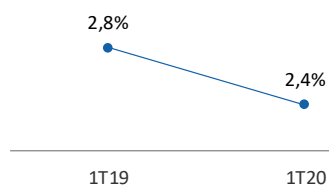
RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020



Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no primeiro trimestre:

- (i) No segmento pré-pago, tivemos uma redução no número de clientes recarregadores refletindo os desdobramentos econômicos da pandemia do COVID-19, notadamente as restrições de renda e fechamento de grande parte dos canais físicos de recarga. Observamos uma redução de aproximadamente 10% A/A no número de clientes que fizeram recargas, impacto principalmente do isolamento social. A oferta TIM Pré Top, que já representa 72% da base do segmento e continua a contribuir para uma maior resiliência do dispêndio por cliente recarregador. Como consequência, a **Receita de Pré-Pago caiu 4,5% A/A no 1T20.**
- (ii) O segmento pós-pago teve um impacto financeiro mais limitado no trimestre em função do COVID-19. A oferta TIM Black Família atingiu a marca de ~500 mil clientes, contribuindo de forma positiva para a participação de planos de maior valor no mix da base. Além disso, o segmento apresentou uma redução nas desconexões, confirmando o retorno às adições líquidas positivas, **resultando em um crescimento de 2,8% A/A na Receita com Clientes Pós-Pagos no 1T20 (+3,7% A/A excluindo a interconexão).** A dinâmica operacional do segmento teve algumas mudanças relevantes a partir da última quinzena do trimestre, com o fechamento gradual de praticamente todos os canais físicos de venda. Nesse contexto, tivemos uma forte retração nas adições brutas que foram parcialmente compensadas pela redução nas desconexões.

Exposição VU-M sobre a Receita (% sobre a Receita Líq. de Serviços)



A Receita de Interconexão (ITX) continuou a cair e, no 1T20, apresentou redução de 19,7% A/A, refletindo um menor tráfego entrante. **A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,4% no trimestre.**

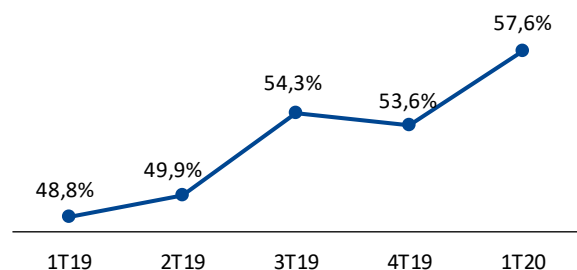
A linha de Outras Receitas apresentou crescimento de 17,0% A/A no 1T20. O desempenho dessa linha continua sendo impactado principalmente pela receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. O aumento no volume de compartilhamento está em linha com a estratégia da companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 251 milhões neste trimestre, um aumento de 9,4% comparado ao 1T19. Esta performance reflete o crescimento da TIM Live, que no 1T20 cresceu 29,1% A/A e já representa aproximadamente 58% da receita de serviço fixo. Ao final de março, a Live estava presente em 26 cidades (sendo 6 capitais) e continuará expandindo sua cobertura nos próximos trimestres.

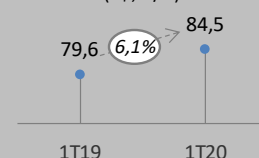
Participação Live na Receita Fixa



Os demais serviços do segmento fixo recuaram 9,3% A/A.

O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) da TIM Live foi de R\$ 84,5, 6,1% maior que no 1T19. O desempenho é explicado pela penetração de ofertas de FTTH de maior valor com velocidades maiores.

ARPU TIM Live (R\$; A/A)



Detalhamento de Aparelhos e Dispositivos (líquidos de impostos e deduções):

No trimestre, a Receita de Produtos apresentou queda de 25,5% A/A, principalmente em virtude da queda do volume de aparelhos vendidos no período (29,4% A/A), refletindo a forte retração do mercado de aparelhos decorrente da menor disponibilidade de renda e do impacto da desvalorização cambial elevando os preços unitários dos aparelhos.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	%T/T
R\$ milhões					
Custos Reportados da Operação	(2.292)	(2.408)	-4,8%	(2.276)	0,7%
Custos Normalizados* da Operação	(2.289)	(2.406)	-4,9%	(2.276)	0,6%
Pessoal	(261)	(249)	4,7%	(255)	2,2%
Comercialização	(802)	(893)	-10,2%	(798)	0,5%
Rede e Interconexão	(627)	(658)	-4,7%	(557)	12,6%
Gerais e Administrativos	(162)	(134)	21,3%	(160)	1,6%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(159)	(199)	-20,1%	(272)	-41,5%
Provisão para Devedores Duvidosos	(189)	(173)	9,3%	(187)	0,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(89)	(101)	-11,9%	(48)	87,0%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.130)	(2.208)	-3,5%	(2.004)	6,3%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 2,6 milhões no 1T20 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados totalizaram R\$ 2.292 milhões no 1T20 (-4,8% A/A). Neste trimestre, essa linha foi impactada por despesas não recorrentes – no valor de R\$ 2,6 milhões – relacionadas a ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres.

Nota: devido à adoção do IFRS 16, Custos e Despesas Operacionais, principalmente os reportados sob a linha de Rede, não são impactados por aluguéis, compartilhamentos e outros tipos de arrendamentos com prazos maiores do que 12 meses, conforme estabelecido pela norma. Deste modo, os valores dos contratos de longo-prazo relacionados ao arrendamento de infraestrutura (além de outros de menor relevância), importantes para as operações da companhia, são refletidos no Resultado sob as linhas de Depreciação e Despesas Financeiras.

No 1T20, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 2.289 milhões, uma queda de 4,9% A/A, refletindo a sólida execução no controle de custos e a entrega de eficiência em múltiplas frentes. Excluindo-se o Custo das Mercadorias Vendidas, o Opex normalizado registrou queda de 3,5% A/A comparado com o 1T19, a despeito da inflação registrada no período (IPCA 12M; 3,3%).

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:

Custos com Pessoal cresceram 4,7% A/A no 1T20. Tal performance foi influenciada, principalmente, por elementos orgânicos, como inflação sobre salários.

A linha de Comercialização teve queda de 10,2% A/A no 1T20, refletindo as tendências estruturais dos trimestres anteriores, com os ganhos de eficiências geradas pelas iniciativas de digitalização de processos, redução das despesas com FISTEL e menores *fees* de recarga do pré-pago, além de menores despesas com propaganda e publicidade. É importante ressaltar que esta linha foi impactada, também, em parte do 1T20 por um menor volume de vendas e recargas em função dos desdobramentos da pandemia do COVID-19.

O grupo de Rede e Interconexão apresentou queda de 4,7% A/A no 1T20, impulsionado, por menores custos no subgrupo de interconexão (ITX). A queda no subgrupo ITX é explicada por: (i) queda na tarifa de terminação móvel (VU-M) nos meses de janeiro e fevereiro em comparação

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

com os mesmos meses de 2019 e (ii) menor pressão do tráfego sainte para outras operadoras. O subgrupo Rede foi impactado por menores custos com compartilhamento de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) aumentaram 21,3% A/A no trimestre. Este crescimento, é explicado, principalmente, por maiores despesas com projetos de TI, consultorias e serviços jurídicos e administrativos.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) caiu 20,1% A/A no 1T20, acompanhando a forte queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendido em função, principalmente, da pandemia do COVID-19, apesar do aumento no mix de produtos de maior valor.

No 1T20, as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) apresentaram alta de 9,3% A/A, representando o quarto trimestre consecutivo de desaceleração no ritmo de crescimento, sendo ainda a linha mais desafiadora nos custos. Após apresentar a primeira redução T/T no 4T19, a linha teve crescimento de 0,9% T/T no 1T20. Tal performance é explicada pelo aumento da base de receita exposta a inadimplência em função do aumento da base pós-paga em 5,3% A/A, além de um ambiente macroeconômico desafiador (desemprego, renda e endividamento das famílias). Apesar disso, a melhora dos últimos dois trimestres reflete os esforços na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais sofisticados, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Despesas Operacionais normalizadas por efeitos não recorrentes registraram queda de 11,9% A/A no 1T20, explicada, principalmente, por uma redução nas despesas com contingências. A participação desta linha sobre o OPEX total normalizado ficou em 3,9% no 1T20 (4,2% no 1T19).

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) totalizaram R\$ 59,6 por adição bruta no 1T20, registrando queda de 5,2% A/A. A forte redução se deu pela maior eficiência nos custos de comercialização e publicidade.

2,4
Meses de
payback

A relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) teve queda A/A atingindo 2,4 meses, frente a 2,8 meses do 1T19.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

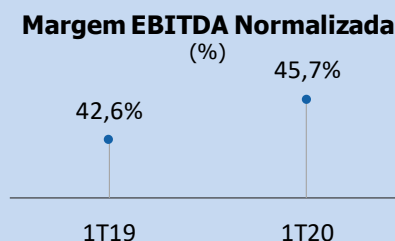
DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	%T/T
R\$ milhões					
EBITDA Normalizado*	1.926	1.784	8,0%	2.311	-16,6%
Margem EBITDA Normalizada*	45,7%	42,6%	3,1p.p.	50,4%	-4,7p.p.
Total de Itens Normalizados	(3)	(1)	75,7%	-	n.a.
EBIT Normalizado*	518	450	15,0%	1.251	-58,6%
Margem EBIT Normalizada*	12,3%	10,7%	1,5p.p.	27,3%	-15,0p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(255)	(263)	-3,0%	(236)	8,0%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(99)	(36)	175,8%	(97)	2,2%
Lucro Líquido Normalizado*	164	152	8,3%	918	-82,1%
Total de Itens Normalizados	(3)	(32)	-91,9%	-	n.a.
EBITDA Reportado	1.924	1.783	7,9%	2.311	-16,8%
Margem EBITDA Reportada	45,6%	42,5%	3,1p.p.	50,4%	-4,7p.p.
Depreciação & Amortização	(1.409)	(1.334)	5,6%	(1.060)	32,9%
Depreciação	(935)	(863)	8,4%	(555)	68,6%
Amortização	(473)	(471)	0,5%	(505)	-6,4%
EBIT	515	449	14,8%	1.251	-58,8%
Margem EBIT	12,2%	10,7%	1,5p.p.	27,3%	-15,0p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(255)	(263)	-3,0%	(236)	8,0%
Despesas financeiras	(326)	(317)	2,8%	(254)	28,0%
Receitas financeiras	64	54	18,8%	20	226,9%
Variações cambiais, líquidas	7	1	1272,9%	(1)	n.a.
Lucro antes dos impostos	261	186	40,0%	1.015	-74,3%
Imposto de renda e cont. social	(99)	(66)	49,4%	(97)	2,2%
Lucro Líquido	162	120	34,8%	918	-82,4%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Lucro Líquido normalizado por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19).

EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado do 1T20 totalizou R\$ 1.926 milhões, registrando um aumento de 8,0% A/A. As principais alavancas para este desempenho foram (i) a manutenção de um forte controle de custos/despesas, (ii) aumento da Receita com Serviço Móvel, e (iii) crescimento da Receita com Serviço Fixo refletindo a aceleração da TIM Live.

A Margem EBITDA Normalizada atingiu 45,7% e foi novamente recorde para um primeiro trimestre. O aumento de 3,1 p.p. na comparação com o 1T19 foi influenciado principalmente pela performance destacada em custos, além da expansão da receita, a despeito de um ambiente macroeconômico desafiador.



A exposição do EBITDA a tarifa VU-M foi de 0,4% no 1T20. Neste trimestre, a VU-M líquida (receita – custo) ficou positiva em função de uma receita de interconexão levemente superior aos custos com a VU-M.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

No 1T20, D&A registrou aumento de 5,6% A/A, explicado, principalmente, por uma elevação na amortização da licença de 700 MHz relacionada à expansão das ativações da frequência para novas cidades (ainda que compensada por um menor montante de amortização de softwares) e pelo maior volume de contratos de arrendamento, em função da adoção do IFRS 16.

O EBIT Normalizado do 1T20 cresceu 15,0% A/A, refletindo o crescimento do EBITDA. A margem EBIT normalizada fechou o trimestre em 12,3%, expandindo 1,5 p.p. contra o 1T19.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido do 1T20 foi negativo em R\$ 255 milhões, o que representa uma melhora de R\$ 8 milhões quando comparado ao 1T19. Esta diferença deve-se principalmente a:

- (i) Maior receita financeira advinda da atualização monetária sobre o saldo de créditos tributários provenientes do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (o saldo remanescente ao fim de cada período é corrigido pela taxa Selic até sua compensação integral, tornando-se um elemento recorrente pelos próximos anos);
- (ii) Menor despesa devido à queda da taxa de juros e, conseqüentemente, menor *accrual* de juros da dívida e um menor volume de juros sobre *leasings*.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 1T20, o Imposto de Renda e a Contribuição Social totalizaram um montante de -R\$ 99 milhões, um aumento de R\$ 33 milhões frente ao 1T19, em função, principalmente de um maior Lucro Antes de Impostos. Na visão Normalizada, o aumento de R\$ 63 milhões quando comparado ao IR/CSLL de R\$ 36 milhões do 1T19, quando a linha foi impactada de forma extraordinária por impostos diferidos.

No 1T20, a alíquota efetiva ficou em -37,9% vs. -35,5% no 1T19 (-19,1% na visão Normalizada).

LUCRO LÍQUIDO

No trimestre, o Lucro Líquido Normalizado apresentou crescimento de 8,3% A/A frente ao 1T19, totalizando R\$ 164 milhões. O Lucro por Ação (LPA) foi de R\$ 0,07 ante os R\$ 0,06 (Normalizado) no 1T19. O Lucro líquido Reportado apresentou alta de 34,8% A/A.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

FLUXO DE CAIXA, DÍVIDA E CAPEX

DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	% T/T
R\$ milhões					
EBITDA Normalizado*	1.926	1.784	8,0%	2.311	-16,6%
Capex	(904)	(650)	39,1%	(1.334)	-32,2%
EBITDA - Capex	1.022	1.134	-9,9%	977	4,6%
Δ Capital de Giro	(1.415)	(1.457)	-2,9%	1.237	n.a.
Itens operacionais não recorrentes	(3)	(1)	75,7%	-	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	(396)	(324)	22,0%	2.214	n.a.

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) do 1T20 foi negativo em R\$ 396 milhões, uma redução de R\$ 71 milhões comparado ao 1T19. Este resultado reflete principalmente o aumento do Capex, em função de uma base comparativa reduzida no mesmo período de 2019.

CAPEX

O Capex totalizou R\$ 904 milhões no 1T20, um crescimento de 39,1% comparado ao 1T19. O aumento é explicado, principalmente, pelo menor nível de Capex no 1T19 que representou apenas 17% do total de investimentos no ano. O Capex do 1T20 segue de acordo com nosso plano. Os investimentos continuam sendo destinados à infraestrutura (superando 90% do total), principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHZ, rede de transporte e expansão do FTTH (que recebeu aproximadamente 15% do total dos investimentos realizados no 1T20).

VARIAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

A variação do capital de giro foi negativa em R\$ 1.415 milhões, uma queda de 2,9% frente à observada no 1T19. Diferente do primeiro trimestre do ano passado, o impacto negativo na linha no 1T20 foi ocasionado, majoritariamente, por uma redução das contas de Fornecedores, no montante de R\$ 1.302 milhões (vs. redução de 541 milhões no 1T19). Em 2019, o impacto do pagamento das compras do final de 2018 no Capital Giro foi observado parcialmente no 1T19, com o remanescente impactando o 2T19. No caso das compras do final de 2019, este impacto foi majoritariamente observado no 1T20.

No 1T20, houve a postergação do pagamento do FISTEL (cerca de R\$ 789 milhões) – que usualmente ocorre no mês de março – para o dia 31 de agosto (podendo ser pago inteiramente nesta data ou em cinco parcelas a partir dela). Porém, é importante destacar que a parcela do FISTEL referente ao Condecine (aproximadamente R\$ 227 milhões) foi paga no dia 31 de março (data original do vencimento) por falta de apoio jurídico, até então, para sua não realização. A liminar que postergou o pagamento desta taxa para agosto foi divulgada no final do mesmo dia e o montante foi ressarcido no dia 2 de abril. Desse modo, este pagamento impactou negativamente o Fluxo de Caixa do 1T20 (com o benefício neste trimestre totalizando, portanto, cerca de R\$ 562 milhões, referentes à TFF e à CFRP). Por outro lado, seu estorno trará um efeito positivo ao Fluxo de Caixa do 2T20.

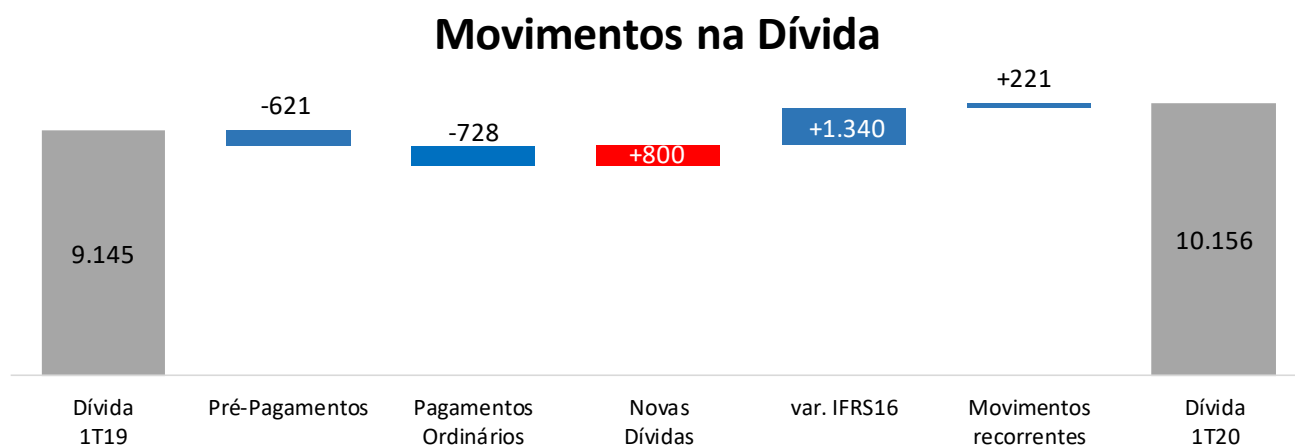
DÍVIDA E CAIXA

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

A Dívida Bruta do 1T20 ficou em R\$ 10.156 milhões, um crescimento de R\$ 1.012 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 8.013 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazo superior a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16) e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 318 milhões (reduzindo a dívida bruta). Desconsiderando os *leasings* relacionados à adoção do IFRS 16, a dívida bruta seria de R\$ 3.571 milhões. Ao fim de março, o montante de financiamentos (*pós-hedge*) totalizou R\$ 2.143 milhões.

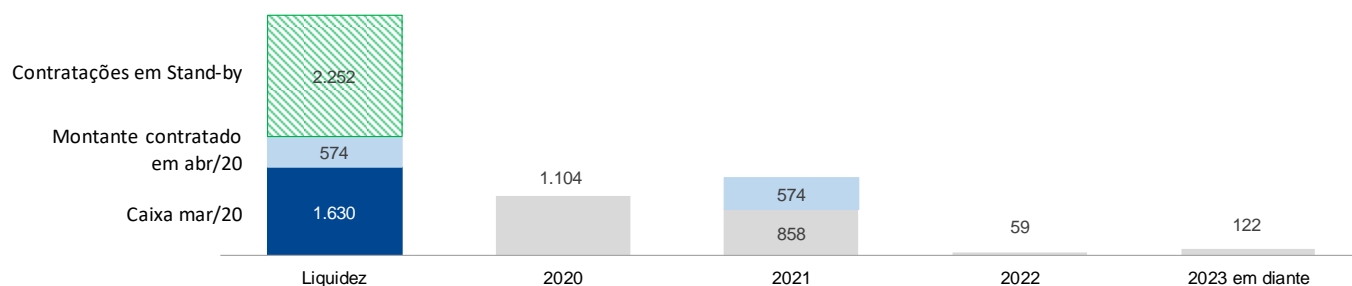
Os financiamentos da TIM são compostos, principalmente, por Debêntures e financiamentos com bancos privados. Aproximadamente 38% dos financiamentos são denominados em moeda estrangeira (USD e EUR), sendo totalmente protegidos por *hedge* para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 4,5% a.a. no trimestre**, uma redução quando comparado ao custo de 7,6% a.a. do 1T19.

No 1T20, a TIM realizou uma captação de dívida de R\$ 800 milhões para reforço de caixa após liquidar totalmente o saldo em aberto com o BNDES (~R\$ 620 milhões). Em abril, o Conselho de Administração da companhia aprovou a captação de R\$ 1.000 milhões para reforço de liquidez em antecipação a possíveis impactos que a pandemia do COVID-19 pode ocasionar na economia. Deste montante, a TIM contratou R\$ 574 milhões junto ao Scotiabank no mês de abril e, no momento, está monitorando alternativas para contratação do montante remanescente. Ao final de março, a TIM possuía R\$ 2.252 milhões em linhas de crédito contratadas e disponíveis para saque junto ao BNDES e ao BNB.



O cronograma de amortização da dívida é apresentado a seguir:

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020



No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 1.630 milhões, registrando redução de R\$ 38 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 3,9% a.a., no 1T20, apresentando uma queda frente aos 6,5% a.a. do 1T19, acompanhando a redução observada da taxa Selic.

No 1T20, a Dívida Líquida totalizou R\$ 8.526 milhões, alta de R\$ 1.050 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 7.477 milhões. Este aumento é explicado pelo maior volume de *leasings*, em função do maior número de contratos de aluguel e compartilhamento de infraestrutura, classificados como arrendamento mercantil financeiro sob o IFRS 16.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 1,03x no trimestre. Desconsiderando os *leasings* financeiros associados à adoção do IFRS 16, a relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,28x no trimestre, uma redução comparada aos 0,35x do 1T19.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

TIM REFORÇA COMPROMISSO COM COLABORADORES, CLIENTES E SOCIEDADE NO COMBATE A COVID-19

Os serviços seguirão em pleno funcionamento e a empresa está focada nas demandas dos clientes e no acesso à informação, além de tomar todas as medidas para preservar a saúde e segurança dos seus funcionários e priorizar a colaboração com órgãos governamentais e demais entidades. Esses são os compromissos da TIM no combate à transmissão do novo coronavírus, descritos em carta enviada à Anatel no dia 3 de abril.

A TIM está ciente de que a tecnologia tem um papel essencial para o enfrentamento da crise e contenção da disseminação do vírus.

A experiência do Grupo TIM na Itália vem sendo importante para antecipar e adaptar as ações necessárias e ir ao encontro das exigências do período de combate ao coronavírus no Brasil. A TIM está confiante de que toda a sociedade estará unida e sairá ainda mais fortalecida desta situação.

CADE E ANATEL APROVAM ACORDO DE COMPARTILHAMENTO DE REDE ENTRE TIM E VIVO

No dia 23 de abril, a Superintendência-Geral do Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições o acordo para compartilhamento de redes 2G, 3G e 4G firmado entre a TIM e a Vivo. Posteriormente, no dia 30/04, a Anatel também aprovou o acordo por unanimidade. A TIM espera, em um primeiro momento, realizar a consolidação da rede 2G de 50 cidades.

TIM ESCOLHE GOOGLE CLOUD COMO PARCEIRO ESTRATÉGICO PARA PLATAFORMA DE NUVEM *BIG DATA, ANALYTICS E MACHINE LEARNING*

A TIM Brasil celebrou um acordo com o Google Cloud para utilizar o Google Cloud Platform (GCP) como sua plataforma estratégica de nuvem para Big Data, inteligência de negócios e aprendizado de máquina. A plataforma do Google Cloud permite que a empresa faça análises em tempo real para obter insights exclusivos sobre seus negócios. Essas informações ajudarão a operadora a aprimorar ainda mais seus serviços ao cliente, o planejamento e a otimização da rede e a fornecer ofertas personalizadas aos usuários, além de produtos baseados em dados e *analytics*. O Google Cloud será responsável pelo fornecimento da Google Cloud Platform (GCP) e, também, de toda a consultoria que envolve a migração do ambiente atual, redesenho e otimização em nuvem, além do apoio na construção do CoE (Centro de Excelência) da TIM, que será responsável em fazer toda a gestão do ambiente após sua conclusão.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	52.826	55.083	-4,1%	54.447	-3,0%
Pré-Pago	31.153	34.507	-9,7%	32.984	-5,5%
Pós-Pago	21.673	20.576	5,3%	21.463	1,0%
Base de Usuários 4G ('000)	38.620	35.672	8,3%	38.641	-0,1%
Market share	23,3%	24,1%	-0,8p.p.	24,0%	-0,7p.p.
Pré-Pago	27,3%	27,2%	0,1p.p.	28,2%	-0,9p.p.
Pós-Pago	19,3%	20,3%	-1,0p.p.	19,5%	-0,2p.p.
Adições Líquidas ('000)	(1.621)	(840)	93,1%	(80)	1920,1%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	1.101	946	16,4%	1.079	2,0%
Base de Clientes TIM Live ('000)	584	486	20,2%	566	3,2%

SEGMENTO MÓVEL:

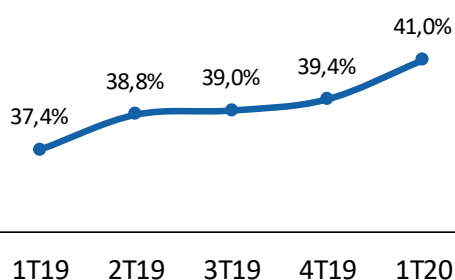
MERCADO GERAL

O mercado móvel reportou queda de 0,8% A/A no 1T20, atingindo o seu menor patamar de redução em 20 trimestres. O pré-pago manteve-se como alavanca desta dinâmica de retração, com a continuidade do fenômeno de consolidação de *SIM Cards*. Nos últimos 12 meses, o segmento apresentou desconexões líquidas de 12,6 milhões de acessos. O pós-pago manteve ritmo de expansão, com adições líquidas de 10,8 milhões de acessos no mesmo período. As linhas humanas (*ex-M2M*) continuaram a responder por aproximadamente metade deste desempenho.

TIM

A TIM encerrou o 1T20 com 52,8 milhões de acessos, fechando o período com -4,1% A/A.

Mix de Pós-Pago na Base (% sobre a Base Total de Usuários)



Fonte: Anatel.

A base do pós-pago totalizou 21,7 milhões de linhas. As adições de 1,1 milhão nos últimos 12 meses proporcionaram um crescimento de 5,3% A/A no número de acessos. O segmento continua apresentando expansão de *mix* sobre a base total, registrando um novo recorde – 41,0% (+3,7 p.p. A/A). As novas ativações continuaram a ser a principal alavanca de crescimento no trimestre, entretanto em patamares inferiores, equivalentes aos observados há três anos, em função do fechamento dos pontos de vendas ao longo de Mar/20. Por outro lado, o *churn* voluntário apresentou uma queda de 3,9% em relação ao trimestre anterior. O TIM Black Família continua sendo um importante *driver* de valor, atingindo o marco de ~500 mil acessos neste trimestre. Desde o final de Mar/20, a TIM vem adotando medidas de ajuste no segmento para o período da pandemia, a fim de auxiliar os clientes a manterem suas linhas, através de condições especiais de pagamento.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

A base do pré-pago totalizou 31,2 milhões de acessos, queda de 9,7% A/A. O segmento apresentou desconexões líquidas de 3,4 milhões de linhas nos últimos 12 meses. No trimestre, o total de desconexões líquidas foi de 1,8 milhão. Com a dinâmica de novos acessos afetada, o *churn* exerceu um maior impacto no crescimento líquido do segmento, já que o indicador é determinado por regras de negócio, que continuam seguindo seu curso durante o período de isolamento da população. O ambiente macroeconômico incerto poderia adicionar um componente mais desafiador para as captações do pré-pago. Neste sentido, implementamos algumas ações temporárias de bonificação, buscando capturar o comprometimento do cliente e evitando incremento de custos futuros de comercialização para aquisição de novos clientes.

A base 4G encerrou o 1T20 com 38,6 milhões de acessos, continuando a apresentar um alto crescimento (8,3% A/A). O total de aparelhos com a tecnologia atingiu 79% do total dos acessos humanos (+11,1 p.p. A/A).

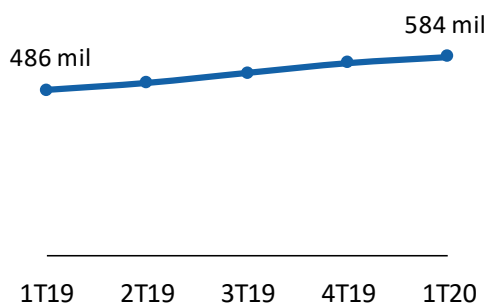
A base de M2M finalizou o trimestre com 3,8 milhões de acessos (+60% A/A). O forte resultado do ano ainda é consequência do efeito de incorporação da base de acessos M2M da Porto Seguro Conecta, realizada no 2T19.

SEGMENTO FIXO:

A TIM Live encerrou o 1T20 com 584 mil conexões (+20,2% A/A). Os acessos a partir de 100 mbps atingiram 36% deste total, um aumento de 20 p.p. A/A.

As adições líquidas no FTTH (*Fiber To The Home*) continuaram responsáveis pela boa performance do negócio e seguiram em aceleração anual, com 28 mil novos acessos no trimestre e 124 mil nos últimos 12 meses. É importante ressaltar que a dinâmica comercial inicialmente apresentou uma desaceleração em função do aumento do isolamento social. Com a necessidade de readequação da operação, nosso principal canal de vendas, o porta-a-porta, abriu espaço para o digital e este impacto foi acomodado, o que tem permitido a retomada da rota de crescimento do serviço.

Evolução de Clientes TIM Live (# usuários)



No 1T20, lançamos uma nova cidade, Betim (MG), continuando a expansão do mercado potencial do segmento. A cobertura da TIM Live fechou o período presente em 24 cidades com o FTTH.

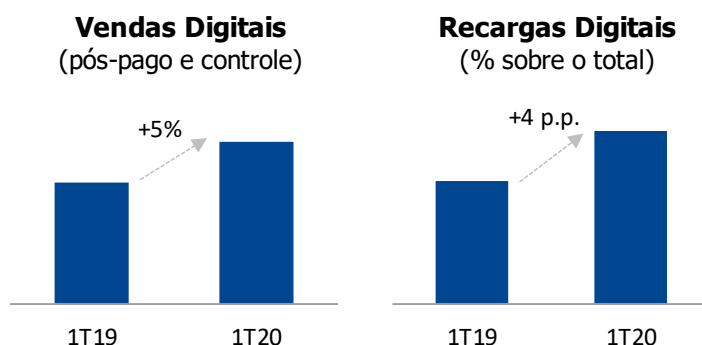
RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

QUALIDADE E REDE

QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

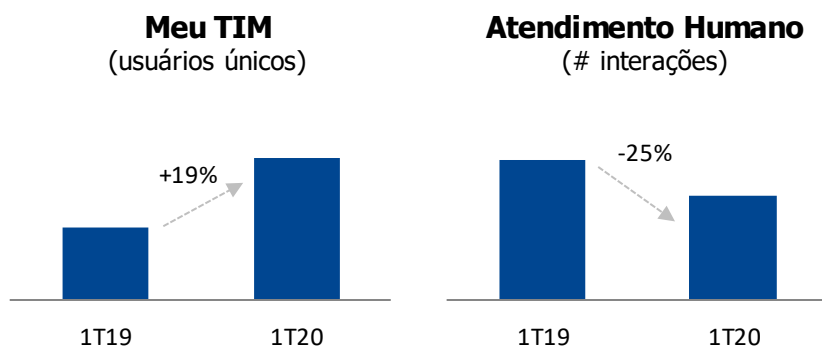
No cenário desafiador que se apresentou ao longo dos primeiros meses de 2020, o conceito de **transformação digital** nunca foi tão importante como agora. Nesse momento, todos os esforços realizados pela TIM nos últimos anos, através de suas iniciativas digitais visando fortalecer seu posicionamento perante o mercado e com o objetivo de proporcionar uma experiência superior a seus clientes, têm demonstrado resultados sólidos. Por isso, **ao longo do 1T20, a TIM reforçou suas iniciativas digitais e os resultados demonstram mais uma vez o sucesso obtido nesse direcionamento.**

Com o isolamento social provocado pelos impactos da pandemia de COVID-19, ao final de março, 100% das lojas físicas da TIM foram fechadas. Isso acarretou uma necessidade ainda maior do uso dos canais de venda digital. Com isso, nesse trimestre, as vendas no pós-pago e controle *consumer* registraram aumento de 4,6% A/A. Adicionalmente, as recargas digitais seguem aumentando a penetração no total de vendas, com crescimento de +3,6 p.p. A/A no 1T20.

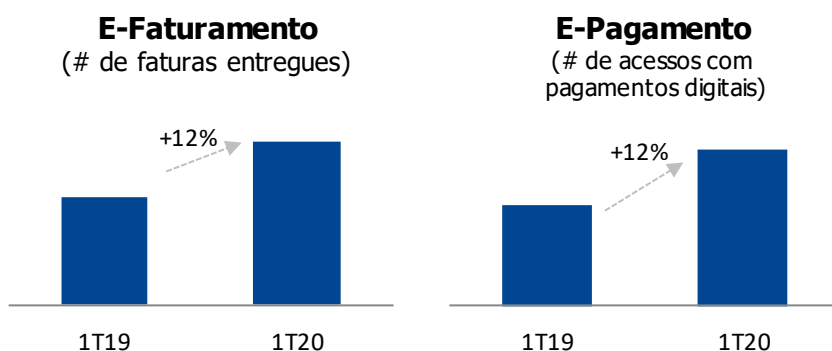


O aplicativo Meu TIM, por sua vez, comprova novamente ser uma plataforma de grande relevância no relacionamento com o cliente, trazendo simplificação aos meios de atendimento e promovendo as funcionalidades adequadas que auxiliam os clientes a gerenciarem seus planos. No período, o total de usuários únicos do aplicativo cresceu 18,9% A/A. Mesmo com as maiores dificuldades de relacionamento, as interações via atendimento humano apresentaram uma redução de 24,9% A/A, corroborando com nossa estratégia de *caring* e reduzindo a dependência de comunicação por meio de *call centers*.

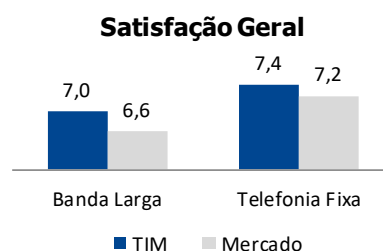
RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020



Outro importante fator nesse momento são os mecanismos digitais de faturamento e pagamento que mantiveram seu ritmo de crescimento durante o 1T20. As faturas entregues através dos canais digitais apresentaram crescimento de 12,3% A/A. Enquanto isso, o número de acessos realizando pagamentos por meio dos canais digitais também apresentou evolução, +11,7% A/A. Outra funcionalidade importante oferecida pela companhia aos clientes é a possibilidade de fazerem recargas e/ou consultas de saldo e franquia, além da oportunidade de receberem suas faturas através do WhatsApp.



Na última Pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida divulgada pela Anatel em 2020, a TIM manteve uma percepção superior em satisfação geral dos serviços de banda larga e telefonia em relação à média do mercado do Brasil.



EVOLUÇÃO DA REDE

Pilar fundamental nos planos estratégicos da TIM, a expansão e aprimoramento da infraestrutura de rede está associada à melhoria contínua da qualidade de nossos serviços. Neste sentido, nesse começo de ano a TIM deu mais um importante passo, habilitador deste processo. Mesmo com os desafios operacionais, em tempos de combate ao novo coronavírus, a companhia manteve seus investimentos na expansão de rede e completou a cobertura 4G de todos os 399 municípios do estado do Paraná, de todos os 295 municípios do estado de Santa Catarina e de todos os 78 municípios do estado do Espírito Santo, tornando-se o terceiro, quarto e quinto estados com 100% dos municípios cobertos pela tecnologia¹.

¹ São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná são os estados que contam com cobertura 4G da TIM em 100% dos seus municípios.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

O Capex alocado em projetos de infraestrutura (Rede + TI) superou 90% no 1T20, apoiado mais uma vez por ferramentas analíticas que garantiram a alocação destes recursos de forma eficiente.

Dentre os principais projetos, destacam-se:

- Expansão da rede de fibra ótica (*backbone, backhaul* e FTTH);
- *Refarming* de frequência;
- Densificação de sites;
- Agregação de portadoras;
- Acordos de compartilhamento e na rede de transporte.

Em relação as principais ações e projetos em andamento focados na modernização, eficiência e/ou aprimoramento da nossa infraestrutura, destacamos:

- Ampliação do **refarming da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo aproximadamente 304 cidades**;
- Instalação de múltiplos data centers visando a melhora da experiência, com o total de 25 ao final do 1T), sendo 14 DCC (Data Center Core) e 11 DCE (Data Center Edge);
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Expansão do **VoLTE, disponível em mais de 3.450 cidades**;
- Expansão da capacidade de rede através da solução **Massive MIMO**;
- Aprovação do acordo de compartilhamento de rede com a Vivo: inicialmente, serão 50 cidades com 2G compartilhado;
- Consolidação da rede **NB-IoT, presente em mais de 3.322 municípios**, cobertura que possibilita a criação de soluções *IoT* não apenas nas grandes cidades, como também em municípios mais afastados das capitais.

DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	%T/T
Cidades 4G	3.506	3.295	6,4%	3.477	0,8%
das quais 700 Mhz habilitadas	2.436	1.471	65,6%	2.313	5,3%
das quais VoLTE habilitadas	3.459	2.710	27,6%	3.401	1,7%
População Urbana Coberta (4G)	94%	93%	1,0p.p.	94%	0,0p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	82%	66%	16,3p.p.	81%	1,0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	93%	82%	10,6p.p.	93%	0,0p.p.
Cidades 3G	3.285	3.186	3,1%	3.283	0,1%
População Urbana Coberta (3G)	92%	92%	0,2p.p.	92%	0,1p.p.

Com sua **liderança na cobertura 4G** no Brasil, a **TIM atingiu 3.506 cidades (94% da população urbana do país)** no primeiro trimestre de 2020. O crescimento de 37% A/A nos elementos de rede desta tecnologia reforça nosso foco com a evolução da capacidade e qualidade da rede móvel. Como resultado, **o tráfego de dados no 4G representou aproximadamente 87% do total**, alta de 8 p.p. em comparação ao 1T19.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

A cobertura na banda larga fixa também segue em constante expansão, atingindo no primeiro trimestre desse ano 2,5 milhão de domicílios em FTTH, enquanto o FTTC superou 3,6 milhões. Isso representa um total de 5,6 milhões de domicílios em 26 cidades (FTTH + FTTC)². No 1T20, o FTTH iniciou atividades comerciais em mais uma cidade: Betim (MG).

Já na infraestrutura de transporte, **a TIM alcançou um total de 21.652 sites no trimestre**, com 84% dessas unidades conectadas através de *backhaul* de alta capacidade. Assim, a companhia superou a marca de **102 mil km com sua fibra ótica** para *backbone* e *backhaul* (o que representa um avanço de 11,2% A/A).

Por fim, ao atingir um total de 1.582 Biosites ativos ao final do 1T20, a TIM novamente comprova que segue visando o desenvolvimento dessa infraestrutura que está alinhada aos seus valores de responsabilidade social corporativa, além de ser uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, os *Biosites* também possuem menor custo, são de rápida instalação e ajudam na harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – com multifuncionalidade capaz de agregar além da transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

² (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO) e Manaus (AM).

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Para acessar o relatório trimestral de atividades de Responsabilidade Social e Corporativa, favor acessar: www.tim.com.br/ri/Informe-ESG.

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2019 (1T19) e ao acumulado do ano de 2020 (3M20), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

RESULTADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

Anexo 1 TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	1T20	1T19	%A/A	4T19	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	52.826	55.083	-4,1%	54.447	-3,0%
Pré-Pago	31.153	34.507	-9,7%	32.984	-5,5%
Pós-Pago	21.673	20.576	5,3%	21.463	1,0%
Base de Usuários 4G ('000)	38.620	35.672	8,3%	38.641	-0,1%
Market share	23,3%	24,1%	-0,8p.p.	24,0%	-0,7p.p.
Pré-Pago	27,3%	27,2%	0,1p.p.	28,2%	-0,9p.p.
Pós-Pago	19,3%	20,3%	-1,0p.p.	19,5%	-0,2p.p.
Adições Brutas ('000)	5.357	5.626	-4,8%	6.476	-17,3%
Adições Líquidas ('000)	(1.621)	(840)	93,1%	(80)	1920,1%
Churn Mensal (%)	4,3%	3,9%	0,5p.p.	4,0%	0,3p.p.
ARPU Móvel (R\$)	23,9	22,8	4,8%	25,1	-4,8%
Pré-Pago	12,1	11,6	4,6%	12,9	-6,6%
Pós-Pago	37,2	38,2	-2,6%	39,4	-5,8%
Pós-Pago (ex-M2M)	44,5	42,6	4,3%	47,0	-5,3%
SAC/Adições Brutas (R\$)	60	63	-5,2%	44	35,0%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	1.101	946	16,4%	1.079	2,0%
Base de Clientes TIM Live ('000)	584	486	20,2%	566	3,2%
ARPU TIM Live (R\$)	84,5	79,6	6,1%	83,8	0,8%
Aparelhos Vendidos ('000)	174	246	-29,4%	277	-37,4%
Colaboradores	9.588	9.411	1,9%	9.700	-1,2%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” e/ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha 66,58% do capital social da TIM Participações em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A Companhia, em conjunto com sua controlada (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts – ADRs*), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

CVM Aprova pedido de Registro categoria 'A' da TIM S.A

Em 18 de março de 2020, a TIM PARTICIPAÇÕES SA e sua subsidiária integral, TIM SA, após o Fato Relevante publicado em 28 de outubro de 2019, comunicam aos seus acionistas, ao mercado em geral e às demais partes interessadas que a TIM S.A. que recebeu em 17 de março de 2020, Ofício-RIC nº 4/2020 / CVM / SEP informando sobre a concessão do registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM (sem oferta de valores mobiliários), conforme Instrução CVM 480/09.

A Companhia e a TIM S.A. salientam que não houve pedido de registro de uma Oferta de Valores Mobiliários, motivo pelo qual esta comunicação não deve ser considerada uma oferta pública de ações ou outros valores mobiliários da Companhia ou da TSA. A única empresa.

Controlada direta – TIM S.A.

TIM S.A. (atual denominação de INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e sucessora por incorporação de TIM CELULAR S.A.).

A Companhia detém a totalidade das ações do capital da TIM S.A., sendo que esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, uma vez que essa norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de maio de 2020.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2020.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetado por essas alterações na data de transição.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade”.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia.

Impactos COVID - 19

Em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa, Coronavírus 2019 (COVID-19), começou na China continental e, desde o início de 2020, o vírus se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica, que por sua vez pode ter implicações nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia. Embora o COVID-19 já existisse em 31 de dezembro de 2019, a gravidade do vírus e as respostas ao surto podem ter um impacto nas operações da entidade ocorridas no Brasil após 16 de março de 2020.

A Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar como uma empresa em andamento. A Companhia apresenta uma infraestrutura robusta e faz parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Não há indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

A Companhia está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas autoridades e agências, está monitorando a evolução da situação e avaliando de perto o impacto do COVID-19 em seus negócios.

A pandemia do COVID-19 e seu potencial impacto na atividade comercial geral e na economia global podem reduzir a demanda de nossos clientes por planos ou serviços mais caros (por exemplo, *roaming*) ou até levar a cancelamentos de planos ou aumento da inadimplência, enquanto podem levar a interrupções em nossa cadeia logística, na produção ou entrega de nossos fornecedores ou em nossa capacidade de entregar nossos produtos (como novos dispositivos ou cartões SIM) ou de atender nossa rede em tempo hábil, o que pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados das operações. No momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações. Embora seja muito cedo para prevermos os impactos em nossos negócios ou nossas metas financeiras sobre a pandemia em expansão e as respostas governamentais a elas, seríamos materialmente, adversamente afetados por uma desaceleração prolongada nas condições econômicas locais, regionais ou globais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) *Arrendamento mercantil*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, conforme divulgado na Nota 2.f., determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. Ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida da subsidiária). As taxas incrementais de juros média da Companhia são de 10,28% para um prazo de contrato de arrendamento médio conforme descrito na nota 14.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Caixa e bancos	182	61	91.278	101.928
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	20.214	701	1.499.649	2.182.882
	<u>20.396</u>	<u>762</u>	<u>1.590.927</u>	<u>2.284.810</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 100,28% (99,95% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
FUNCINE (3)	3.926	3.849
Fundo Soberano (4)	3.481	7.329
FIC: (1)		
Títulos Públicos	8.692	179.390
Operações compromissadas (2)	12.907	216.196
Letra Financeira	4.992	105.857
Outros (5)	9.207	145.707
	<u>43.205</u>	<u>658.328</u>
Parcela circulante	<u>(39.279)</u>	<u>(654.479)</u>
Parcela não circulante	3.926	3.849

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(¹) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2019 dos FIC's foi de 80,83% (99,67% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(²) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(³) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões, em períodos subsequentes foram feitos outros investimentos no montante de R\$ 2,4 milhões (2018) e R\$ 2,2 milhões (2019) A remuneração média dos FUNCINE em 31 de março de 2020 é de -1,94% e em 2019 foi de 9,18%.

(⁴) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 31 de março de 2020 é de 95,48% e em 2019 do Fundo Soberano foi de 97,62% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(⁵) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

A controladora possui R\$14.365 aplicados em cotas do FIC (R\$12.167 em 31 de dezembro de 2019).

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (*"unbilled"*). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (*"impairment"*).

A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A parcela não circulante inclui o valor de R\$34.320 (R\$68.639 em 31 de dezembro de 2019) referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Contas a receber de clientes	3.279.690	3.287.855
Contas a receber bruta	4.041.678	4.061.932
Serviços faturados	2.135.106	2.076.569
Serviços a faturar ("unbilled")	827.118	858.418
Uso de rede	440.968	438.168
Venda de mercadorias	620.476	670.573
Ativo contratual (nota 23)	16.272	15.142
Outras contas a receber	1.738	3.062
Perdas por crédito de liquidação esperada	(761.988)	(774.077)
Parcela circulante	(3.123.849)	(3.184.780)
Parcela não circulante	155.841	103.075

	Consolidado	
	03/2020 (3 meses)	12/2019 (12 meses)
Saldo inicial	774.077	686.928
Constituição de provisão (nota 28)	188.588	748.291
Baixas de Provisão	(200.677)	(661.142)
Saldo Final	761.988	774.077

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Total	4.041.678	4.061.932
A vencer	2.643.907	2.576.307
Vencidos até 30 dias	315.229	328.457
Vencidos até 60 dias	155.678	146.200
Vencidos até 90 dias	181.286	149.852
Vencidos a mais de 90 dias	745.578	861.116

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Total Estoques	268.547	203.278
Estoques	281.696	214.889
Aparelhos celulares e tablets	198.096	146.295
Acessórios e cartões pré-pagos	68.932	61.436
TIM chips	14.668	7.158
Perdas para ajuste ao valor de realização	(13.149)	(11.611)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.254.418	1.243.633
ICMS	1.212.229	1.201.502
Outros	42.189	42.131
Parcela circulante	(419.074)	(420.284)
Parcela não circulante	835.344	823.349

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	28.474	28.383	3.524.142	3.762.800
Imposto de renda e contribuição social (i)	-	-	313.888	428.443
PIS / COFINS (ii)	-	-	3.114.733	3.244.549
Outros	28.474	28.383	95.521	89.808
Parcela circulante	(28.474)	(28.383)	(1.137.312)	(1.395.193)
Parcela não circulante	-	-	2.386.830	2.367.607

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á no encerramento do exercício corrente e eventual saldo no próximo exercício; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos dentro do prazo prescricional de até 5 anos.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

Em junho de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores, foi registrado o montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A., incorporada pela TIM S.A. em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em março de 2020, após utilização de parte do estoque de créditos da TIM S.A., no total de R\$ 206 milhões, encontram-se registrados os montantes de R\$ 2.737 milhões, sendo R\$ 1.621 milhões de principal e R\$ 1.116 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A.); e R\$ 149 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 74 milhões de atualização monetária (antiga Intelig Telecomunicações Ltda.).

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	815.525	800.711
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	18.931	18.931	306.527	295.853
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	267.808	271.611
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	6.696	7.182
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	53.569	53.569	55.362	56.208
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	27.917	27.434
Provisão para participação dos empregados	165	165	34.401	23.704
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(106.916)	(13.139)
Juros capitalizados 4G	-	-	(284.489)	(291.783)
Custo atribuído – TIM S.A.	-	-	(64.113)	(67.748)
Exclusão ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS	-	-	(1.030.100)	(1.023.928)
Arrendamento mercantil IFRS16			222.562	209.234
Outros	-	-	31.014	87.214
	<u>72.665</u>	<u>72.665</u>	<u>(75.428)</u>	<u>24.931</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	<u>(72.665)</u>	<u>(72.665)</u>	<u>(71.013)</u>	<u>(72.665)</u>
	-	-	(146.441)	(47.734)
Parcela imposto ativo diferido	-	-	-	-
Parcela imposto passivo diferido	-	-	<u>(146.441)</u>	<u>(47.734)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

TIM S.A

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Em decorrência do trânsito em julgado de decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores à TIM Celular S.A (incorporada pela TIM S.A) em processo que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, houve o reconhecimento contábil na competência de junho de 2019 do crédito tributário objeto da discussão no montante de R\$ 2.875 milhões (R\$2.737 milhões em 31 de março de 2020) , constituído de principal e atualização monetária.

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões (R\$149 milhões em 31 de março de 2020), valores esses relacionados à própria TIM S.A.

Para fins de tributação de IRPJ e CSLL, a administração da Companhia suportada também por pareceres legais externos, entendeu por diferi-la até o momento da efetiva disponibilidade financeira do crédito. Desta forma, foi constituído passivo fiscal diferido referente ao montante integral, no valor de R\$ 1.039,7 milhões. O valor atualizado em 31 de março de 2020 é de R\$1.030.100.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2019.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2020	229.151
2021	275.425
2022	310.948
Prejuízos fiscais e base negativa	815.524
Diferenças temporárias	(961.965)
Total	(146.441)

A controlada com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A controlada utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$20.215 durante o período findo em 31 de março de 2020 (R\$91.731 em 31 de dezembro de 2019).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$129.625 em 31 de março de 2020 (R\$125.876 em 31 de dezembro de 2019).

11. Despesas antecipadas

	03/2020	Consolidado 12/2019
	474.892	245.524
Taxa Fistel (1)	170.448	-
Propagandas não veiculadas (2)	71.259	854
Aluguéis e seguros	75.071	75.809
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (3)	146.190	158.093
Outros	11.924	10.768
Parcela circulante	(411.720)	(175.868)
Parcela não circulante	63.172	69.656

(1) A taxa Fistel, que é apropriada mensalmente ao resultado.

(2) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(3) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a/ parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 2 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
	85.617	87.049	969.556	1.006.899
Cível	7.400	7.203	357.806	355.093
Trabalhista	40.810	38.238	226.513	245.928
Tributário	10.015	1.828	198.972	203.110
Regulatório	-	-	111	111
Penhora Online (*)	27.392	39.780	186.154	202.657

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$ 69.784 (R\$ 69.326 em 31 de dezembro de 2019).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

A redução se deve substancialmente pelo encerramento de diversos processos judiciais compensados pelos depósitos judiciais correspondentes.

Tributário

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 53.128 (R\$ 73.326 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.397 (R\$ 10.342 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 18.811 (R\$ 18.401 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.226 (R\$ 11.173 em 31 de dezembro de 2019).
- (v) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.927 (R\$ 7.878 em 31 de dezembro de 2019).
- (vi) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.469 (R\$ 3.457 em 31 de dezembro de 2019).
- (vii) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.487 (R\$ 3.471 em 31 de dezembro de 2019).
- (viii) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 57.943 (R\$ 57.943 em 31 de dezembro de 2019).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (ix) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 14.483 (R\$ 7.984 em 31 de dezembro de 2019).

13. Investimento - Controladora

A participação societária em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

(a) Participação em empresa controlada:

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
	TIM S.A	TIM S.A
Quantidade de ações detidas	42.296.789.606	42.296.789.606
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido	22.384.699	22.209.626
Lucro líquido do período	172.873	3.865.255
Resultado de equivalência patrimonial	172.873	3.865.255
Valor do investimento	22.384.699	22.209.626

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM S.A.
Saldo do investimento em 31 dezembro 2018	19.526.515
Resultado de equivalência patrimonial	3.865.255
Opções de compra de ações	2.791
Complemento de aposentadoria	(1.935)
Juros sobre capital próprio	(1.183.000)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2019	22.209.626
Resultado de equivalência patrimonial	172.873
Opções de compra de ações	2.200
Saldo do investimento em 31 de março de 2020	22.384.699

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação

Em 31 de março de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Saldo em dez/19	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em mar/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.353.099	1.197.357	(61.075)	-	44.489.381
Equipamentos de comutação / transmissão	22.812.029	-	(56.397)	723.995	23.479.627
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	20.497	834.086
Aparelhos em comodato	2.489.995	266	(2.202)	32.320	2.520.379
Infraestrutura	6.096.847	-	(1.084)	35.118	6.130.881
Bens de informática	1.721.251	1	(991)	22.558	1.742.819
Bens de uso geral	859.505	1	(104)	13.871	873.273
Direito de uso em arrendamentos (i)	6.933.416	638.094	-	-	7.571.510
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	558.995	(297)	(848.359)	1.296.012
Total Depreciação Acumulada	(25.740.935)	(930.344)	56.084	-	(26.615.195)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.383.561)	(461.700)	53.404	-	(16.791.857)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(17.601)	-	-	(428.168)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(35.300)	580	-	(2.291.583)
Infraestrutura	(3.593.833)	(107.680)	1.005	-	(3.700.508)
Bens de informática	(1.565.309)	(15.692)	991	-	(1.580.010)
Bens de uso geral	(590.658)	(11.730)	104	-	(602.284)
Direito de uso em arrendamentos (i)	(940.144)	(280.641)	-	-	(1.220.785)
Total Imobilizado Líquido	17.612.164	267.013	(4.991)	-	17.874.186
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(461.700)	(2.993)	723.995	6.687.770
Cabos de fibra ótica	403.022	(17.601)	-	20.497	405.918
Aparelhos em comodato	233.132	(35.034)	(1.622)	32.320	228.796
Infraestrutura (i)	2.503.014	(107.680)	(79)	35.118	2.430.373
Bens de informática	155.942	(15.691)	-	22.558	162.809
Bens de uso geral	268.847	(11.729)	-	13.871	270.989
Direito de uso em arrendamentos (i)	5.993.272	357.453	-	-	6.350.725
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	558.995	(297)	(848.359)	1.296.012

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(i) Representado pelos contratos de aluguel de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Basicamente: arrendamento infraestrutura de rede, arrendamento de veículos, arrendamento de lojas e arrendamento de imóveis, conforme abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Arrendamento mercantil - rede	Arrendamento mercantil - veículos	Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e imóveis	Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	Arrendamento mercantil - Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.172.142	6.988	479.472	1.539.913	794.757	5.993.272
Adições no período, líquidas de cancelamento	329.932	4.418	56.696	184.153	62.895	638.094
Depreciação	(116.771)	(1.445)	(26.943)	(50.169)	(85.313)	(280.641)
Saldos em 31 de março de 2020	3.385.303	9.961	509.225	1.673.897	772.339	6.350.725
Vida útil - %	12,63	38,92	19,19	10,92	30,95	

(a) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2019, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas. Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do intangível

Consolidado					
	Saldo em dez/19	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em mar/20
Total Custo do Intangível Bruto	30.229.359	344.409	(9)	-	30.573.759
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	228.838	18.413.220
Autorizações	9.811.793	-	-	11.702	9.823.495
Ágio	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT	169.328	-	-	-	169.328
Outros ativos	327.362	-	-	552	327.914
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	344.409	(9)	(241.092)	312.583
Total Amortização Acumulada	(20.561.033)	(473.309)	-	-	(21.034.342)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	(329.142)	-	-	(15.422.308)
Autorizações	(5.278.413)	(135.949)	-	-	(5.414.362)
Direito de uso de infraestrutura - LT	(60.204)	(1.940)	-	-	(62.144)
Outros ativos	(129.250)	(6.278)	-	-	(135.528)
Total Intangível Líquido	9.668.326	(128.900)	(9)	-	9.539.417
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	(329.142)	-	228.838	2.990.912
Autorizações	4.533.380	(135.949)	-	11.702	4.409.133
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT	109.124	(1.940)	-	-	107.184
Outros ativos	198.112	(6.278)	-	552	192.386
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	209.275	344.409	(9)	(241.092)	312.583

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Ágio aquisição TIM S.A. – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$ 210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A controlada adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à controlada TIM S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$ 157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e, portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e sua controlada.

Em 2019 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a TIM Participações como existe

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

No caso da TIM Participações seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMP3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso.

Em 31 de março de 2020, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não havendo necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(f) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 2018, a rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento era representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que incluía: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis conforme detalhado abaixo.

Em setembro de 2019, este ativo entrou em operação e o saldo remanescente foi transferido para bens em serviços.

- (i) Em 30 de setembro de 2014, a controlada adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.678 milhões, registrando o saldo remanescente a pagar no valor de R\$ 61 milhões como passivo (nota 19), conforme previsto no edital.

A controlada está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Companhia. O impacto no período findo em 31 de março de 2019 foi de R\$ 1.032 de juros e R\$ -539 de correção monetária sobre o saldo. Em 2020, não houve capitalização, pois o ativo foi considerado em operação pela Administração.

- (ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$ 904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$ 295 milhões, totalizando R\$ 1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A Companhia efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 6,90% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o exercício.

Em setembro de 2019, o ativo foi considerado em operação pela Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo.

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
LT Amazonas	155.514	156.378
	<u>155.514</u>	<u>156.378</u>
Parcela circulante	(5.379)	(4.931)
Parcela não circulante	150.135	151.447

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A.. Nestes acordos, a controlada e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela controlada é de R\$ 310.839 (R\$ 316.641 em 31 de dezembro de 2019).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2021	23.206	5.379
Abril de 2021 a março de 2025	92.826	27.259
Abril de 2025 em diante	194.807	122.876
	<u>310.839</u>	<u>155.514</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$155.514 (R\$ 156.379 em 31 de dezembro de 2019) composto em sua totalidade por principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano. Em 2019 teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16 / CPC 06 (R2), baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$48.991.

Passivo

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
LT Amazonas (i)	274.851	276.233
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.190.623	1.192.596
Outros (iv)	117.529	115.973
Sub-total	1.583.003	1.584.802
Outros arrendamentos (Nota 2.f) e (iii):		
Arrendamento mercantil - Rede	3.512.801	3.294.261
Arrendamento mercantil - Veículos	5.912	3.005
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	278.953	255.857
Arrendamento mercantil - Imóveis	259.610	243.921
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.749.371	1.600.456
Arrendamento mercantil - Fibra	778.896	798.568
Sub-total pela adoção do IFRS16 / CPC 06 (R2)	6.585.543	6.196.068
Total	8.168.546	7.780.870
Parcela circulante	(885.521)	(873.068)
Parcela não circulante	7.283.025	6.907.802

O montante de juros pagos no período findo em 31 de março de 2020 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R\$ 157.491.

A movimentação dos passivos financeiros de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 37.

i) LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2021	44.079	10.937
Abril de 2021 a março de 2025	176.315	43.663
Abril de 2025 em diante	370.141	220.251

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

590.535	274.851
---------	---------

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 590.535. Seu valor presente é de R\$ 274.851, sendo composto em sua totalidade de principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$ 70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela controlada e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

ii) Venda e leaseback das Torres

A controlada celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – “MLA”) de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade “*sale and leaseback*” que prevê valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2021	187.720	27.756
Abril de 2021 a março de 2025	750.881	137.106
Abril de 2025 em diante	1.944.832	1.025.761
	2.883.433	1.190.623

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 2.883.433. Seu valor presente é de R\$ 1.190.623 sendo composto apenas por principal. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até março de 2021	Abril de 2021 a março de 2025	Abril de 2025 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.388.106	4.366.216	3.988.489	9.742.811	6.585.543
Arrendamento mercantil - rede	632.147	2.295.194	2.303.150	5.230.488	3.512.801
Arrendamento mercantil - veículos	6.330	4.786	-	11.117	5.912
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	87.951	187.478	51.078	326.509	278.953
Arrendamento mercantil - Imóveis	53.999	189.191	160.763	403.953	259.610
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	310.058	1.094.284	1.473.498	2.877.840	1.749.371
Arrendamento mercantil - Fibra	297.621	595.283	-	892.904	778.896

O valor presente, principal e de juros em 31 de março de 2020 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 10,28%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de março de 2020 é de R\$62.375 .

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

Em 31 de março de 2020, esse crédito é de R\$ 47.293 (R\$ 33.090 em 31 de dezembro de 2019).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
	9.680	6.987	2.634.800	3.923.035
Moeda nacional	8.211	6.624	2.431.500	3.769.298
Fornecedores de materiais e serviços (a)	8.211	6.624	2.313.238	3.667.152
Interconexão (b)	-	-	85.314	67.396
Roaming (c)	-	-	1.164	441
Co-billing (d)	-	-	31.784	34.309
Moeda estrangeira	1.469	363	203.300	153.737
Fornecedores de materiais e serviços (a)	1.469	363	149.871	116.057
Roaming (c)	-	-	53.429	37.680
Parcela Circulante	9.680	6.987	2.634.800	3.923.035

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Em 31 de março de 2020, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Renovação de autorizações (i)	199.363	199.363
Dívida ANATEL atualizada (ii)	128.987	126.974
	<u>328.350</u>	<u>326.337</u>
Parcela circulante	(89.285)	(88.614)
Parcela não circulante	239.065	237.723

- (i) Para prestação do SMP, a controlada obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de março de 2020, a controlada possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 199.363 (R\$ 199.363 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a controlada, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização (“EAD”), onde o total do compromisso assumido pela controlada foi de R\$ 1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 15.f).

Em 30 de junho de 2015, a controlada distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 129 milhões em 31 de março de 2020) o qual ainda está pendente de julgamento.

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de março de 2020, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>mar/20</u>	<u>dez/19</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 2,52% a.a.	jul/22	-	240.008
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	jul/22	-	374.461
BNDES (PSI) (1)	R\$	3,50% a.a.	jan/21	-	18.071
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	431.953	330.217
Debentures (2)	BRL	104,1% CDI	jul/20	1.008.583	1.025.965
Cisco Capital (3)	USD	2.50% a.a.	dez/20	52.391	40.366
BAML (3)	EUR	0,279% a.a.	ago/21	512.529	-
Scotia (2)	USD	1,734% a.a.	ago/21	455.882	-
Total				2.461.338	2.029.088
Circulante				(1.149.764)	(1.384.180)
Não circulante				1.311.574	644.908

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
(2) Aval da controladora TIM Participações.
(3) Não possuem garantia.

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020.

Os financiamentos da controlada, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a controlada realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019 com prazo de utilização até agosto de 2020. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia substituiu o subcrédito “B” deste contrato (equivalente a R\$ 390 milhões). Esta nova linha de crédito no valor de R\$ 390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de IPCA mais juros de até 2,99% ao ano e sua disponibilidade se estende até março de 2021, sem quaisquer obrigações de desembolso.

Em janeiro de 2020, foi contratada entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. como credor e a TIM S.A., como mutuário, uma nova linha de crédito no valor principal de R\$ 752 milhões, garantidos por fianças e recebíveis. O acordo tem um prazo total de 8 anos, sendo 3 de carência e 5 de amortização, para subsidiar o plano de capex da empresa para os próximos 3 anos (2020-2022) na região Nordeste. A Linha de Crédito é dividida em duas parcelas sendo: i) R\$325 milhões no IPCA + 1,44% a.a. ou IPCA +1,22% considerando 15% de bônus de conformidade; e ii) R\$427 milhões no IPCA + 1,76% a.a. ou IPCA +1,48% considerando 15% de bônus de conformidade. Desembolso em parcelas previstas para 2020, 2021 e 2022.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de março 2020
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Ago/20	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Ago/20	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/21	390.000	390.000	-
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R\$:				2.252.479	2.252.479	-

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.
- (iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

Como resultado da estratégia de gestão mais eficiente de empréstimos e financiamentos, em fevereiro de 2020 a Companhia pré-pagou sua dívida total com o BNDES com custo de 171% do CDI, substituindo-a por novos empréstimos com o Bank of America Merrill Lynch e o The Bank of Nova Scotia, com custo médio de 108,3% do CDI.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A controlada possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano e euro em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*” (vide nota 37).

Os empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2020 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2021	1.052.733
2022	86.129
2023	43.344
2024	101.854
2025	27.514
	1.311.574

O valor nominal dos empréstimos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas no financiamento obtido junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço .

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital, The Bank of Nova Scotia e Bank of America, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	545	530	588.489	466.603
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	357.780	377.105
Impostos e Taxas ANATEL	-	-	161.935	22.009
Imposto sobre Serviço - ISS	539	525	60.448	61.673
Outros	6	5	8.326	5.816
Parcela circulante	(545)	(530)	(585.453)	(463.606)
Parcela não circulante	-	-	3.036	2.997

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	190	25.816	286.634	508.615
Imposto de renda e contribuição social	-	-	204.809	346.097
PIS / COFINS	180	25.813	46.721	130.327
Outros (*)	10	3	35.104	32.191
Parcela circulante	(190)	(25.816)	(73.864)	(296.305)
Parcela não circulante	-	-	212.770	212.310

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, a partir de 2009, para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Receitas diferidas	1.027.899	1.109.112
Serviços a prestar pré-pago (1)	139.199	186.310
Subvenções Governamentais (2)	37.044	42.159
Swap de rede (3)	529	2.713
Receitas antecipadas	13.154	11.651
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	829.493	843.017
Passivo contratual (5)	8.480	23.262
Parcela circulante	(219.623)	(281.930)
Parcela não circulante	808.276	827.182

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de março de 2020 é de R\$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de março de 2020 e de R\$37.044 (42.159 em 31 de dezembro de 2019) Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 29).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(5) Contratos com clientes. Em 31 de março de 2020, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	03/2020	12/2019
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.270.369	2.413.865
Ativo contratual (nota 6)	16.272	15.142
Passivo contratual	(8.480)	(23.262)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período:

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(8.120)
Adições	3.352
Baixas	12.560
Saldo em 31 de março de 2020	7.792

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2020	2021	2022
Ativo (passivo) contratual	9.703	(1.832)	(79)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS 15 / CPC 47, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e sua controlada são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	12/2019	03/2020	12/2019
Provisão para processos judiciais e administrativos	48.622	47.423	885.663	840.637
Cível (a)	-	-	237.126	212.701
Trabalhistas (b)	45.921	44.745	263.491	261.838
Tributária (c)	2.701	2.678	352.506	333.717
Regulatória (d)	-	-	32.540	32.381

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-19	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	mar-20
	840.637	98.089	(117.474)	64.411	885.663
Cível (a)	212.701	63.010	(65.237)	26.652	237.126
Trabalhistas (b)	261.838	25.138	(51.424)	27.939	263.491
Tributária (c)	333.717	9.920	(793)	9.662	352.506
Regulatória (d)	32.381	21	(20)	158	32.540

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$134.754 (R\$ 135.290 em 31 de dezembro de 2019) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 44.762 (R\$ 31.221 em 31 de dezembro 2019).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 19.043 (R\$ 12.812 em 31 de dezembro de 2019).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 36.651 (R\$ 31.539 em 31 de dezembro de 2019).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$ 567 (R\$ 498 em 31 de dezembro de 2019).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$ 1.349 (R\$ 1.342 em 31 de dezembro de 2019).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de sua controlada por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 3.044 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2020 (2.408 em 31 de dezembro de 2019) movidas contra a Companhia e sua controlada, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 254.622 atualizado monetariamente (R\$ 252.968 em 31 de dezembro de 2019).

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 31 de março de 2020, o provisionamento destas causas totaliza R\$ 48.929 atualizado monetariamente (R\$ 57.859 em 31 de dezembro de 2019).

c. Processos tributários

	<u>03/2020</u>	<u>12/2019</u>
Tributos Federais	158.136	155.495
Tributos Estaduais	110.082	93.790
Tributos Municipais	8.282	8.227
Processos TIM S.A (<i>Purchase price allocation</i>)	76.006	76.205
	<u>352.506</u>	<u>333.717</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- a. A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.921 (R\$ 9.560 em 31 de dezembro de 2019), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.652 (R\$ 14.564 em 31 de dezembro de 2019).
- b. A empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 38.202 (R\$ 37.977 em 31 de dezembro de 2019).
- c. Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 58.440 (R\$ 58.116 em 31 de dezembro de 2019).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta quarenta e dois processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 42.568 (R\$ 23.558 em 31 de dezembro de 2019), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 5.074 (R\$ 5.037 em 31 de dezembro de 2019), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.568 (R\$ 15.460 em 31 de dezembro de 2019), (iv) lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 10.914 (R\$ 10.826 em 31 de dezembro de 2019) e (v) subsídios para handset, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 8.690 (R\$ 8.644 em 31 de dezembro de 2019).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$ 76.006 (R\$ 76.205 em 31 de dezembro de 2019).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2020, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 32.540 (R\$ 32.381 em 31 de dezembro de 2019).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
	18.873.591	18.395.727
Cível (e.1)	1.114.812	1.032.637
Trabalhista e previdenciária (e.2)	428.726	459.020
Tributária (e.3)	16.614.329	16.196.077
Regulatória (e.4)	715.724	707.993

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1. Cíveis

	03/2020	12/2019
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	314.059	374.860
ANATEL (e.1.2)	220.627	220.526
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	118.179	32.847
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	186.956	180.226
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	139.984	125.201
Outros (e.1.6)	135.007	98.977
	<u>1.114.812</u>	<u>1.032.637</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$ 508 atualizado (R\$ 538 em 31 de dezembro de 2019) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor atualizado de R\$ 8.828 em 31 de março de 2020.

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$ 1.395 atualizado (R\$1.559 em 31 de dezembro de 2019).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.843 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2020 (3.976 em 31 de dezembro de 2019) movidas contra a Companhia e sua controlada, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$ 437.593 atualizado (R\$ 459.020 em 31 de dezembro de 2019).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$16.143 atualizado (R\$14.349 em 31 de dezembro de 2019).

Cumpra ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil fazem parte.

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Tributos Federais (e.3.1)	4.390.769	4.279.570
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.558.124	8.221.808
Tributos Municipais (e.3.3)	711.924	703.132
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.953.512	2.991.567
	16.614.329	16.196.077

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.923.444 (R\$ 11.549.274 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.390.769 em 31 de março de 2020 (R\$ 4.279.570 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.687.503 (R\$ 2.672.754 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 200.792 (R\$ 203.302 em 31 de dezembro de 2019)
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 66.962 (R\$ 66.164 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a controlada é de R\$ 257.452 (R\$ 256.833 em 31 de dezembro de 2019).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 515.202 (R\$ 427.233 em 31 de dezembro de 2019).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de março de 2020 é de R\$ 8.558.124 (R\$ 8.221.808 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.048.066 (R\$ 1.053.411 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 893.337 (R\$ 887.637 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 645.677 (R\$ 731.864 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de março de 2020, o montante na controlada é de R\$ 3.310.379 (R\$ 3.284.473 em 31 de dezembro de 2019).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 133.269 (R\$ 131.057 em 31 de dezembro de 2019).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 505.407 (R\$ 138.684 em 31 de dezembro de 2019).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 200.004 (R\$ 198.505 em 31 de dezembro de 2019).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 182.052 (R\$ 180.920 em 31 de dezembro de 2019).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 253.871 (R\$ 249.659 em 31 de dezembro de 2019).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 711.924 em 31 de março de 2020 (R\$ 703.132 em 31 de dezembro de 2019). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 148.482 (R\$ 147.572 em 31 de dezembro de 2019).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 303.282 (R\$ 300.669 em 31 de dezembro de 2019).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 122.282 (R\$ 120.503 em 31 de dezembro de 2019).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.953.512 (R\$ 2.991.567 em 31 de dezembro de 2019). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2020, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 715.724 (R\$ 707.993 em 31 de dezembro de 2019). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" em negociação com a ANATEL.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta da TIM, que vinha sendo negociando desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso a ser assumido pela TIM prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido. Em 31 de março de 2020, a Companhia possui 625.404 ações em Tesouraria (210.527 em 31 de dezembro de 2019), tendo como objetivo o atendimento do Plano de opção de compra de ações (nota 26).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	03/2020	12/2019
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	<u>03/2020</u>	<u>12/2019</u>
	410.753	410.650
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	30.193	30.090

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) *Aquisição das ações da Holdco – compra da TIM S.A (Intelig)*

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da TIM S.A, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras (“BR GAAP”), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de sua controlada com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

No período findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 2019, a Companhia realizou a venda de 305.063 e 668.367 ações ordinárias, respectivamente, aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 26). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil médio de R\$16,06 e R\$10,87, respectivamente. Adicionalmente, por meio do Programa de Recompra de Ações lançado em outubro de 2017, a Companhia adquiriu 719.940 em 2020 (210.526 em 2019) ações pelo preço de R\$15,57 e R\$15,22 respectivamente, equivalente a R\$ 11.2067 em 2020 (R\$ 3.204 em 2019). Como resultado, o efeito líquido na transação de recompra de ações em tesouraria foi de R\$ 6.307 (R\$ 5.319 em 2019).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Em dezembro de 2019, a Reserva para expansão atingiu o limite definido no estatuto social da Companhia. Em função disso, foi aprovado na última assembleia, o aumento de capital via capitalização da reserva de expansão no montante de R\$1.644.013. Esse aumento poderá ser feito sem emissão de novas ações na proporção dos direitos dos acionistas.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de março de 2020 o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivalem a R\$ 1.612.019 (R\$1.612.019 em 31 de dezembro de 2019).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 14 de abril de 2016, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2019
Lucro líquido do exercício	3.622.127
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(194.161)
(-) Constituição da reserva legal	(171.398)
Lucro líquido ajustado	3.256.568
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	814.142
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	-
Juros sobre capital próprio	995.438
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	995.438
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(149.316)
Total de dividendos e JCP líquidos	846.122
Dividendos por ação (valores expressos em reais), líquidos do IRRF	0,35

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento. Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado foi de R\$995.438, sendo R\$ 313.600 pagos ao longo do exercício e o saldo remanescente está registrado no passivo circulante da Companhia e pagos em janeiro de 2020.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O saldo em 31 de março de 2020 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$47.834.

Dividendo não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em sua controlada.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já o Plano 2018-2020 propõe conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos Vestings de outorgas passadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício de 2020	Concedidas durante o período	Exercidas durante o período	Caducadas durante o período	Vencidas durante o período	Saldo no final do período de 2020
Plano 2018-2020 – 2ª Outorga	930.662	jul/22	R\$ 11,28	897.244	-	-	-	-	897.244
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.932	abr/21	R\$ 14,41	253.337	-	-	-	-	253.337
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	419.340	-	(124.277)	-	-	295.063
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	132.848	-	(111.077)	-	-	21.771
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	378.286	-	(69.708)	-	-	308.578
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	19.313.478			2.081.055	-	(305.062)	-	-	1.775.993
Preço médio ponderado do período			R\$ 11,23						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA
Outorga 2019	R\$ 11,28	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.

O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2019, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$ 1.796 (R\$ 2.359 em 31 de dezembro de 2019).

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associados ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua revisão de todos os contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do novo pronunciamento contábil.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que seus pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Antes da adoção da norma, a Companhia reconhecia a receita de cada um dos elementos identificados com base no preço de contrato, sendo o desconto na venda de aparelhos alocado integralmente ao preço do aparelho.

Como consequência da adoção da nova norma, uma parte adicional da receita foi alocada às receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos em relação à prática contábil adotada anteriormente. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial foi reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas e amortizados no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	03/2020	03/2019
Receita Operacional Líquida	4.215.308	4.190.826
Receita operacional bruta	6.091.892	6.104.070
Receita de serviços	5.850.560	5.833.801
Receita de serviços – Móvel	5.426.617	5.437.748
Receita de serviços – Fixa	423.943	396.053
Venda de mercadorias	241.332	270.269
Deduções da receita bruta	(1.876.584)	(1.913.244)
Impostos incidentes	(1.196.711)	(1.254.637)
Descontos concedidos	(676.842)	(654.130)
Devoluções e Outros	(3.031)	(4.477)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Custos e despesas operacionais

Consolidado								
	03/2020				03/2019			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(1.961.448)	(1.209.040)	(438.164)	(3.608.652)	(1.957.381)	(1.277.046)	(405.348)	(3.639.775)
Pessoal	(14.877)	(157.945)	(87.984)	(260.806)	(11.470)	(155.168)	(82.389)	(249.027)
Serviços de terceiros	(161.764)	(492.564)	(139.475)	(793.803)	(154.172)	(531.216)	(116.921)	(802.309)
Interconexão e meios de conexão	(374.214)	-	-	(374.214)	(427.170)	-	-	(427.170)
Depreciação e amortização	(1.160.368)	(60.455)	(187.782)	(1.408.605)	(1.088.972)	(56.144)	(189.094)	(1.334.210)
Impostos, taxas e contribuições	(8.334)	(179.973)	(9.375)	(197.682)	(7.192)	(198.453)	(5.116)	(210.761)
Aluguéis e seguros	(81.889)	(37.409)	(242)	(119.540)	(69.167)	(32.940)	(6.117)	(108.224)
Custo das mercadorias vendidas	(158.743)	-	-	(158.743)	(198.633)	-	-	(198.633)
Publicidade e propaganda	-	(87.816)	-	(87.816)	-	(125.085)	-	(125.085)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(188.588)	-	(188.588)	-	(172.610)	-	(172.610)
Outros	(1.259)	(4.290)	(13.306)	(18.855)	(605)	(5.430)	(5.711)	(11.746)

Controladora								
	03/2020				03/2019			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	-	-	(8.476)	(8.476)	-	-	(9.094)	(9.094)
Pessoal	-	-	(4.008)	(4.008)	-	-	(6.674)	(6.674)
Serviços de terceiros	-	-	(3.401)	(3.401)	-	-	(2.294)	(2.294)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1.035)	(1.035)	-	-	(102)	(102)
Aluguéis e seguros	-	-	(7)	(7)	-	-	(5)	(5)
Outros	-	-	(25)	(25)	-	-	(19)	(19)

A Companhia e sua controlada faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de sua controlada. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de sua controlada no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e sua controlada aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	03/2019	03/2020	03/2019
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	5.115	5.782
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	12.748	12.458
Receita na alienação de ativos	-	-	439	494
Outras receitas	1.839	-	17.032	15.418
	<u>1.839</u>	<u>-</u>	<u>35.334</u>	<u>34.152</u>
Despesas				
FUST/FUNTEL (i)	-	-	(33.911)	(34.056)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(330)	(345)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(1.085)	(45.938)	(78.791)	(88.164)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(6.059)	(3.963)
Outras despesas	(32)	(34)	(7.777)	(10.020)
	<u>(1.117)</u>	<u>(45.972)</u>	<u>(126.868)</u>	<u>(136.548)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>722</u>	<u>(45.972)</u>	<u>(91.534)</u>	<u>(102.396)</u>

(i) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	03/2019	03/2020	03/2019
Receitas financeiras	2.519	(640)	365.217	62.557
Juros sobre aplicações financeiras	334	450	17.441	24.590
Juros de clientes	-	-	8.709	8.582
Juros swap	-	-	4.840	4.690
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	4.937	6.422
Atualização monetária	2.183	(1.090)	27.507	7.127
Variação cambial ⁽¹⁾	-	-	301.321	8.754
Outras receitas	2	-	462	2.392

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a variações em instrumentos financeiros derivativos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	03/2019	03/2020	03/2019
Despesas financeiras	(5.797)	(41.227)	(619.792)	(325.105)
Juros sobre empréstimos e financiamentos			(33.824)	(18.604)
Juros sobre impostos e taxas	(16)	(11)	(3.157)	(3.111)
Juros swap	-	-	(6.787)	(8.122)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(166.414)	(210.001)
Atualização monetária	(4.765)	(40.426)	(68.641)	(42.850)
Descontos concedidos	-	-	(5.858)	(6.296)
Variação cambial	(79)	(6)	(294.102)	(8.228)
Outras Despesas	(937)	(784)	(41.009)	(27.893)

32. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	03/2020	03/2019
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	-	(76.664)
Contribuição social do período	-	(28.429)
Incentivo fiscal - SUDENE/SUDAM	-	36.846
	-	(68.247)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(72.578)	1.233
Contribuição social diferida	(26.128)	443
	(98.706)	1.676
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	498
	(98.706)	2.174
	(98.706)	(66.073)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	03/2020	03/2019	03/2020	03/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	161.841	116.789	260.547	186.107
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(55.026)	(39.708)	(88.586)	(63.276)
(Adições) / exclusões:				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(3.750)	(31.847)	(3.750)	(31.847)
Resultado de equivalência patrimonial	58.777	72.665	-	-
Adições, exclusões permanentes:				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(1)	(6)	(7.661)	(3.626)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	(6.763)
Incentivos fiscais (i)	-	-	1.333	36.846
Outros valores	-	2.142	(42)	2.593
	<u>55.026</u>	<u>42.954</u>	<u>(10.120)</u>	<u>(2.797)</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	-	3.246	(98.706)	(66.073)
Alíquota efetiva	-	-	<u>37,88%</u>	<u>35,50%</u>

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM S.A possui benefícios fiscais (SUDENE/SUDAM) que se enquadram nestas regras.

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	03/2020	03/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	161.841	120.034
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.947	2.420.861
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,07	0,05

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	03/2020	03/2019
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	161.841	120.034
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.947	2.421.378
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,07	0,05

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 200 milhares de ações (R\$ 517 milhares de ações em 2019) relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 26.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	03/2020	12/2019
Telecom Italia Sparkle (1)	3.445	1.949
TI Sparkle (3)	3.039	2.007
TIM Brasil (4)	5.902	5.429
Gruppo Havas (6)	70.920	-
Outros	1.512	1.035
Total	<u>84.818</u>	<u>10.420</u>

	Passivo	
	03/2020	12/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	106.518	80.825
Telecom Italia Sparkle (1)	11.798	6.531
TI Sparkle (3)	4.366	3.731
TIM Brasil (4)	6.056	6.056
Grupo Vivendi (5)	1.163	1.164
Gruppo Havas (6)	24.881	11.049
Outros	7.330	2.467
Total	<u>162.112</u>	<u>111.823</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Receita	
	03/2020	03/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	586	109
Telecom Italia Sparkle (1)	903	1.936
TI Sparkle (3)	1.042	42
Total	2.531	2.087

	Custo/Despesa	
	03/2020	03/2019
Telecom Italia S.p.A. (2)	26.814	22.660
Telecom Italia Sparkle (1)	2.759	8.139
TI Sparkle (3)	4.794	4.510
Grupo Vivendi (5)	1.163	1.180
Gruppo Havas (6)	54.159	75.951
Outros	5.461	4.496
Total	95.150	116.936

(1) Controladora indireta da Companhia. Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale* conforme condições contratuais entre as partes.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Participações e sua subsidiária o direito de utilização da marca “TIM” mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia. O pagamento é efetuado trimestralmente.

(3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização conforme condições contratuais entre as partes.

(4) Controlador direto da Companhia. Valores referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(5) Acionista da TIM S.p.A. Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(6) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$53.134 (R\$ 72.387 em 31 de março de 2019), estão relacionados aos repasses de mídia.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de março de 2020, não houve investimento (R\$ 1.690 em 31 de março de 2019) com recursos próprios em benefício social.

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	03/2020	03/2019
Benefícios de curto prazo	4.951	4.192
Outros benefícios de longo prazo	818	-
Remuneração baseada em ações	1.099	1.283
	<u>6.868</u>	<u>5.475</u>

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e sua controlada destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de sua controlada, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de sua controlada, em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas são os seguintes:

- (i) Riscos de variações cambiais

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da controlada computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a controlada realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de março de 2020, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de sua controlada.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada indexados à TJLP, IPCA e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de março de 2019 a controlada não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP, IPCA e/ou TLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da controlada, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a controlada possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de março de 2020, a controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a controlada realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 ou receitas de serviços prestados.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o período findo em 31 de março de 2020 e 2019. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia e sua controlada computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	03/2020			12/2019		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	322.071	(4.146)	317.925	46.511	(4.405)	42.106
Parcela circulante	49.444	(4.146)	45.298	16.602	(858)	15.744
Parcela não circulante	272.627	-	272.627	29.909	(3.547)	26.362

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de março de 2020 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2021	194.532	-
2022	27.207	-
2023 em diante	50.888	-
	<u>272.627</u>	<u>-</u>

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	03/2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	43.205	322.071	365.276
Ativos financeiros ao valor justo	43.205	322.071	365.276
Derivativos usados para hedge	-	322.071	322.071
Títulos e valores mobiliários	43.205	-	43.205
Total do passivo	-	4.146	4.146
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	4.146	4.146
Derivativos usados para hedge	-	4.146	4.146

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
 Em 31 de março de 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2019		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	658.328	46.511	704.839
Ativos financeiros ao valor justo	658.328	46.511	704.839
Derivativos usados para hedge	-	46.511	46.511
Títulos e valores mobiliários	658.328	-	658.328
Total do passivo	-	4.405	4.405
Derivativos usados para hedge	-	4.405	4.405

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
 Em 31 de março de 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.769.033	704.839	7.473.872
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.511	46.511
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.287.855	-	3.287.855
Títulos e valores mobiliários	-	658.328	658.328
Caixa e equivalentes de caixa	2.284.810	-	2.284.810
Arrendamento Mercantil - leasing	156.379	-	156.379
Depósitos judiciais	1.006.899	-	1.006.899
Outros valores a compensar	33.090	-	33.090

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.310.830	4.405	14.315.235
Empréstimos e Financiamentos	2.029.088	-	2.029.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.405	4.405
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.923.035	-	3.923.035
Arrendamento mercantil leasing	7.780.870	-	7.780.870
Dividendos a pagar	577.837	-	577.837

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 31 de março de 2020, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de sua controlada.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de março de 2020

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	442.578	442.578	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,03% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	JP Morgan	52.391	52.391	100%	2,50% a.a.	84,50% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	512.529	512.529	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	455.882	455.882	100%	2,04% a.a.	108,70% do CDI

31 de dezembro de 2019

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	330.217	330.217	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	40.366	40.366	100%	2,50% a.a.	84,50% do CDI

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
 Em 31 de março de 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Euro (EUR) e Libor, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, do EUR e da Libor, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário Sensibilidade ao CDI

Descrição	03/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	1.467.327	1.467.327	1.467.327	1.467.327
A) Δ Variação Acumulada Dívida			-	-
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	1.467.327	1.467.327	1.467.327	1.467.327
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	1.148.883	1.148.883	1.149.942	1.151.028
Resultado swap	318.444	318.444	317.385	316.299
B) Δ Variação Acumulado Swap			(1.058)	(2.144)
C) Resultado final (B-A)			(1.058)	(2.144)

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	3,75%	4,69%	5,63%
USD	5,1987	5,1987	5,1987%
EUR	5,7264	5,7264	5,7264
Libor	1,9213%	1,9213%	1,9213%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cenário Sensibilidade ao USD

Descrição	03/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	1.467.327	1.467.327	1.698.548	1.926.984
A) Δ Variação Acumulada Dívida			231.222	459.658
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	1.467.327	1.467.327	1.698.548	1.926.984
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	1.148.883	1.148.883	1.148.883	1.148.883
Resultado swap	318.444	318.444	549.665	778.101
B) Δ Variação Acumulado Swap			231.222	459.658
C) Resultado final (B-A)			-	-

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	3,75%	3,75%	3,75%
USD	5,1987	6,4984	7,7981
EUR	5,7264	5,7264	5,7264
Libor	1,9213%	1,9213%	1,9213%

Cenário Sensibilidade ao EUR

Descrição	03/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	1.467.327	1.467.327	1.585.165	1.699.258
A) Δ Variação Acumulada Dívida			117.838	231.931
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	1.467.327	1.467.327	1.585.165	1.699.258
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	1.148.883	1.148.883	1.148.883	1.148.883
Resultado swap	318.444	318.444	436.282	550.375
B) Δ Variação Acumulado Swap			117.838	231.931
C) Resultado final (B-A)			-	-

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	3,75%	3,75%	3,75%
USD	5,1987	5,1987	5,1987
EUR	5,7264	7,1580	8,5896
Libor	1,9213%	1,9213%	1,9213%

Cenário Sensibilidade a Libor

Descrição	03/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em UDS e EUR (Cisco, KFW Finnvera, Scotia, BofA)	1.467.327	1.467.327	1.469.411	1.471.496
A) Δ Variação Acumulada Dívida			2.085	4.169
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	1.467.327	1.467.327	1.469.411	1.471.496
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	1.148.883	1.148.883	1.148.883	1.148.883
Resultado swap	318.444	318.444	320.528	322.613
B) Δ Variação Acumulado Swap			2.085	4.169
C) Resultado final (B-A)			-	-

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	3,75%	3,75%	3,75%
USD	5,1987	5,1987	5,1987
EUR	5,7264	5,7264	5,7264
Libor	1,9213%	2,4016%	2,8819%

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de março de 2020 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	03/2020
Resultado líquido em operações de USD x CDI	275.818

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)	-		-
Ingressos	800.000	645.828	-
Encargos financeiros	53.746	166.413	1.947
Variações cambiais, líquidas	277.765	-	(277.765)
Pagamentos	(699.261)	(424.565)	-
	-		-
31 de março de 2020	2.461.338	8.168.546	(317.924)

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeitos da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os arrendamentos que foram classificados anteriormente como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da norma, representou o valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento imediatamente anterior a aplicação dessa nova norma, utilizando o CPC 06 (IAS 17). Contudo, para esses arrendamentos, conforme determinado pela nova norma, a Companhia deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os arrendamentos anteriormente mensurados a luz do IAS 17 / CPC 06, foram remensurados em 31 de março de 2019, especificamente em relação a exclusão dos pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa, uma vez que a inflação projetada estava considerada pelo período dos contratos anteriormente mensurados pelo IAS 17 / CPC 06.

37. Planos de pensão com benefício definido e outros benefícios pós-emprego

	03/2020	12/2019
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	5.782	5.782

ICATU, SISTEL e FUNCESP

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO CESP decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados inativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS -- continuação
Em 31 de março de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Parcela do plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete à Companhia, tendo em vista a aquisição da Eletropaulo Telecomunicações Ltda (AES Atimus), sucedida pela TIM Fiber SP LTDA, posteriormente incorporada à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM Celular e que posteriormente foi incorporada pela Companhia.

38. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de março de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de sua controlada entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 32.893.730
Responsabilidade Civil Geral - RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 28.521
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Eventos subsequentes

Em 7 de abril de 2020, devido à incerteza macroeconômica global em relação ao COVID-19 e seus possíveis impactos, a TIM S.A. assinou um novo contrato de crédito com o Banco da Nova Escócia no valor de R\$ 574 milhões em dólares americanos, garantido pela TIM Participações. O custo pós-hedge é de 155,0% e o desembolso ocorreu em 22 de abril de 2020, com vencimento em um ano.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), relativas ao período findo em 31 de março de 2020 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de maio de 2020.

WALMIR KESSELI

Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO

Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO

Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico